

---Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

---Ponto número dois – Eleição de um Grupo de Trabalho para elaboração de uma proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e onze;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da proposta de Regulamento e Estrutura Nuclear dos Serviços e a Estrutura Flexível do Município de Óbidos;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança (CMS);-----

---Ponto número seis – Orçamento da Óbidos Requalifica, E.E.M., para o ano de dois mil e onze, para conhecimento;-----

---Ponto número sete – Orçamento da Óbidos Patrimonium, E.E.M., para o ano de dois mil e onze, para conhecimento;-----

---Ponto número oito – Proposta de alteração do Regulamento do Concurso de Alienação de Lotes da primeira fase do Parque Tecnológico de Óbidos, para conhecimento;-----

---Ponto número nove – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

---Ponto número dez – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados Hélder José Mineiro Mesquita e Joaquim Elias Timóteo Carlos.-----

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a acta número cinco, de trinta de Setembro do corrente ano, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor e três abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil duzentos e setenta e quatro, de vinte e oito de Dezembro do corrente ano, remetendo cópia da carta da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, referente à retirada da confiança política à Senhora Vereadora Maria Goreti Gomes Abreu Ferreira, devendo de futuro ser considerada como independente e sem qualquer vínculo ao Partido Socialista; Carta de justificação de falta do Senhor Deputado Sérgio Cláudio Correia Félix, à sessão de trinta de Setembro do corrente ano; Ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, sobre o programa de acção para o Oeste; Ofício da Entidade Regional de Turismo do Oeste, sobre a convenção anual “Turismo do Oeste”; Boletim da Junta de Freguesia do Olho Marinho; Boletim da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a proposta de Lei do Orçamento de Estado para dois mil e onze; Ofício da Comunidade Intermunicipal do Oeste, enviando as grandes opções do plano e orçamento para dois mil e onze. Esta

correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados, para consulta.-----
---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - A senhora Vereadora Maria Goreti Ferreira disse que houve uma retirada de confiança do PS, lista da qual fazia parte e fez questão de esclarecer os factos. Ficou espantada com a retirada de confiança. Após a sua votação a favor do orçamento para dois mil e onze, telefonou ao Presidente da Concelhia, dando-lhe conhecimento da sua votação. Como não a podia atender, telefonou-lhe, posteriormente, convidando-a para uma reunião. Disse-lhe que o secretariado reuniria às dezoito horas e depois reuniriam com ela, às dezanove horas. Informou-o que não iria estar presente, dado estar ausente. Sugeriu-lhe que a reunião fosse efectuada num outro dia, numa outra hora, tendo-lhe sido respondido que com ela, ou sem ela, iriam reunir, pelo que questionou se tinham interesse em ouvi-la e ouvir o porquê do seu voto. Porque é que o secretariado reunia às dezoito horas e só depois é que reuniam com ela às dezanove horas. Se não seria pertinente reunirem primeiro com ela, às dezoito horas, ouvir o que tinha para dizer, e só depois reunirem e tomarem uma deliberação, ou chegarem a uma decisão. Parece que antes do veredicto ser dado, o mesmo já era sabido. Posteriormente, é contactada pelo Presidente da Concelhia, informando-a que já tinham deliberado, tendo-lhe sido feita uma proposta. Considerou que essa proposta era, no mínimo, absurda, a tocar o desonesto e desequilibrada. Ficou perplexa, pediu algum tempo para pensar, dando a resposta no dia seguinte. O Presidente da Concelhia disse-lhe que lhe dava uma a duas horas para pensar e que depois lhe ligava. Respondeu-lhe que era quanto chegava, porque a sua perplexidade era perante a proposta e não perante a decisão que iria tomar. Essa já tinha sido tomada, quando soube que o Grupo do PS tinha tomado a sua decisão. A proposta constava do seguinte: Ou lhe era retirada a confiança política, ou se demitia e o PS não fazia queixa à IGAL por ter votado a favor dos trabalhos a mais dos complexos escolares. Segundo eles, saía assim a bem, claramente, sem problemas nenhuns. Diz-se que votou a favor e que o que votou é uma ilegalidade, é um mal e é prejudicial para o Concelho de Óbidos, mas, deixa de o ser, a partir do momento que se demita. Passa a ser legal, passa a ser bom para o Concelho de Óbidos e a não prejudicar o mesmo, desde que, para tanto, se demita. Parece-lhe estranho. Parece que há qualquer coisa que não está, de todo, bem. As ilegalidades ou são, ou não são. A sua resposta foi, como é óbvio, que lhe retirassem a confiança política, até porque ficava a grande questão se teriam alguma vez confiado. Nesse mesmo dia o Presidente da Concelhia disse-lhe que tinha que fazer chegar até ela uma carta, a dar conhecimento da deliberação, tendo-lhe respondido que não estava no Concelho. Informou-o que a única pessoa que estava presente era a sua filha e que lhe podia entregar a carta. Telefonou à sua filha e informou-a que iria estar um senhor à sua espera, com uma carta, para lhe entregar, tendo que fazer uma rubrica em como a recebeu. Disse-lhe para não assinar nada que estivesse escrito, nem nenhum documento, porque só tinha de rubricar. Quando a sua filha se dirigiu a casa, estavam três pessoas à sua espera. Foram ter com ela, entregaram-lhe a carta e disseram para ela assinar. Apresentaram-lhe uma folha dactilografada, assinada por baixo. Ela recusou-se a assinar e disse-lhes que eram assuntos da mãe, mas se quisessem que ficasse com a carta, ficava, mas não assinava. Retiraram-lhe bruscamente a carta das mãos e disseram que se não assinava também não ficava com a carta. A sua filha telefonou-lhe a comunicar o sucedido. Entrou em contacto com o Presidente da Concelhia e perguntou-lhe se não deixavam a carta, tendo-lhe sido respondido que a sua filha se

tinha recusado a assinar. Disse-lhe que entregava a carta no dia seguinte, se ela estivesse em casa, ou então seguia pelo correio em carta registada. No dia seguinte ligaram-lhe da Gazeta das Caldas a perguntar se tinha algum comentário a fazer ao comunicado do PS sobre o facto de lhe ter sido retirada a confiança política. Pediu para lhe lerem o mesmo, porque não tinha conhecimento dele. Antes de ter conhecimento, ele já estava nos jornais. Disse que sem ter conhecimento formal, não o comentava. Constatou ainda que a notícia foi publicada, de imediato, no Jornal das Caldas. Posteriormente saiu na Gazeta das Caldas. Antes, recebeu a carta registada do PS, onde lhe foi dito, e passou a citar: “A Comissão Política do PS de Óbidos, na sequência da reunião política convocada e realizada no dia dezanove de Dezembro de dois mil e dez, pelas dezoito horas e trinta, à qual V. Ex^a. não compareceu, apesar de convocada para o efeito, vem informá-la que esta Comissão deliberou no sentido de lhe retirar a confiança política com efeitos imediatos e com as legais consequências. Tal deliberação tem como fundamento o facto de V. Ex^a., reiteradamente, não ter respeitado os compromissos que anteriormente, de forma livre e consciente, assumiu com o PS.”. Discorda completamente e acha que a carta não devia dizer só isto. Devia de ser acompanhada pelo mesmo comunicado que tiveram a ousadia de levar até à Gazeta das Caldas, sem lhe terem dado conhecimento. Nunca fugiu aos compromissos com o PS. O seu compromisso com o PS era ser Vereadora. Foi aquilo que foi ao longo deste ano. Era distinguir-se na forma como exercia o seu papel. Não envergonhou o PS em nada, antes pelo contrário. Continua a ser a mesma pessoa que era no dia em que o PS a contactou para estar nas listas. Nessa altura era o máximo, era a grande aposta, era a grande descoberta. Hoje, é denegrida, de uma forma muito baixa, que não é política. Mistura-se a política com o pessoal. É triste ver porque meandros anda a política do PS. Pautou sempre pela seriedade política e pela coerência. A pessoa que é hoje é a mesma que há um ano e tal atrás, foi contactada para fazer parte das listas. Na altura fez-se ouvir, dizendo que era uma pessoa com sentido de justiça, com sentido de sociedade, que pensava, que tinha consciência, que tinha princípios e que eles iriam sempre prevalecer sobre todas as suas decisões. Não desrespeitou os valores políticos pelos quais foi eleita. Não pode, não deve, não há forma, é de que esses valores entrem e que queiram modificar a sua consciência, o seu pensamento, a sua linha política. Não pode violentar-se psicologicamente e em consciência. Quanto à votação disse que em muitos momentos há uma grande pressão. Tem uma excelente relação com o Vereador José Machado. A sua proximidade com o PSD é nas sessões de Câmara, onde são debatidos e esclarecidos assuntos. Nunca houve outra proximidade, embora lhe tivessem dito, directamente, e em reuniões, que pensavam que nesta altura já tinha sido convidada para um cargo qualquer na Câmara e tinha já um emprego qualquer. Que tinha aceite ir para o Gaeirense, como Presidente, porque lhe tinham prometido mundos e fundos. Isto foi-lhe dito cara a cara, mas esqueceram-se que este é o seu terceiro mandato como Presidente do Gaeirense e nunca necessitou de propostas nenhuma, nem de aliciamentos, para exercer aquele cargo. Os comportamentos são inerentes a uma pessoa livre, liberta e que se comporta segundo as normas e os princípios básicos do direito humano de qualquer cidadão. Dizem que votou a favor de várias propostas do PSD e que até o próprio PSD já tinha reconhecido que essas propostas eram um fracasso e já tinham voltado atrás com as mesmas. Perguntou em sessão de Câmara, ao Senhor Presidente, se já tinha voltado atrás nalguma das propostas que estão mencionadas. Foi-lhe respondido que não, que era falso.

Se votou estas propostas, foi porque acreditou nelas e ao acreditar-se em algo deve-se levar até ao fim a crença, a menos que demonstrem de que a mesma, de alguma forma, está errada. Em relação ao orçamento de dois mil e onze, votou a favor por vários motivos. Na noite anterior, houve uma reunião, onde demonstrou desagrado em relação a duas propostas. A da fusão e o primeiro ponto de uma das propostas que visava que houvesse auditorias à Câmara. Aquando da votação das mesmas, dizem os seus ex-colegas, que concordou com elas. Não concordou, nem discordou. Ficou em silêncio e não fez qualquer movimento nesse sentido. Pensou muitíssimo nas propostas e pensou que não podia ir votar, não podia ir assinar propostas que não estavam de acordo com aquilo que pensava e que sentia. Quando chegou à Câmara disse ao seu colega que tinham que falar. Dirigiram-se ao gabinete do Senhor Presidente, onde tiveram uma breve conversa, tendo-lhe dito que não estava de acordo com a proposta de fusão das empresas, porque acreditava que essa não era a melhor forma de actuação para com as empresas. Não acreditava na fusão. Acreditava, sim, na extinção das empresas e no surgimento de uma nova forma jurídica para as mesmas. Também não concordava com as auditorias constantes, uma vez que sabia que são feitas várias inspecções, e que tinham um custo elevado. O seu colega concordou em retirar as auditorias da proposta, pelo que assinou a mesma. Assinou também uma terceira proposta sobre o orçamento parcial, com qual concordou e não assinou a proposta da fusão. Em discussão, os Vereadores do PSD concordaram com estas duas propostas. Votou a favor do orçamento, porque tinha feito uma análise concreta do mesmo, tendo-lhe parecido fiável, viável e tinham sido aceites as propostas que tinha assinado. Não lhe pareceu haver qualquer problema em votar a favor, até porque o seu colega também se absteve. Um dos princípios que o PS lhe ensinou, foi que a abstenção, muitas vezes, não é mais do que um voto a favor. No seguimento do comunicado, dizem ainda, misturando política com o pessoal, que é uma mulher sem coragem. Disse que é uma mulher com muita coragem, e demonstrou-o, estando na Assembleia Municipal, defendendo os seus princípios e continuando a defendê-los. Dizem ainda que continua a portar-se na linha do PSD, com os eleitos do PSD. Fora do comunicado e num programa de rádio é tida como Vereadora do PSD. Nunca, em momento algum, o PSD se dirigiu a si no sentido de ser Vereadora, no sentido de ter algo com o mesmo e no sentido de qualquer compromisso. Dizem que não podem compactuar com pessoas que não têm valores ou com pessoas que tenham oportunismo político. Preferem ser menos, mas leais, do que ter pessoas sem ética política e sem valores. Não sabe o que terá feito para ser referido o oportunismo político. Da forma como tratam as pessoas que integram a lista do PS, não tarda nada, não são nenhuns. Tratam os que vão na sua lista, como tratam os que não vão. Quem se arrogam estes Senhores e estas Senhoras para de alguma forma levantarem esta questão de que não terá valores. Com que idoneidade fala?. Com que motivos, com que razões, porquê? Como se arrogam para o fazer, pondo em causa, já não a sua pessoa política mas a sua própria pessoa? Com que direito o fazem? Quem julgam que são? Face a tudo isto, clarificam que lhe é retirada a confiança política. Já respondeu ao comunicado. A pessoa que foi eleita e que foi nas listas do PS continua a ser a mesma. Assume-se, hoje, como Vereadora independente, até porque a ruptura é absoluta e decisiva. Jamais pode respeitar as pessoas que falam a seu respeito, desta forma, ou que de alguma maneira, se imiscuem nos blogs e de uma forma corajosa, no anonimato, falam de si. Fazem-no no anonimato, porque não têm coragem de o fazer de outra

forma. Nunca desrespeitou qualquer compromisso enquanto Vereadora. Nunca houve qualquer conversa do PSD em relação ao que quer que fosse, mudança do PS para o PSD, convite, etc.. Pela hora da reunião e pela forma como as coisas foram conduzidas, lembra-lhe o antes vinte e cinco de Abril, em que se era julgado à revelia, sem apelo nem agravo, e em que se violava aquela que foi uma das liberdades adquiridas pelo vinte e cinco de Abril, que é a liberdade de expressão. Essa não pode permitir, que quem quer que seja, a tente, de alguma forma, ofuscar. Julga que princípios vitais básicos de um estado de direito democrático, princípios consagrados na constituição deste país, são violados no comunicado do PS. Os seus ex-colegas disseram que foram traídos. Ela é que se sente profundamente atraindoada, por aqueles em quem confiou, por aqueles que seguiu e por aqueles que lhe deram como resposta o comunicado que vem no jornal e a decisão que tomaram, sem ter sido ouvida, em qualquer instante. A pressão do último ano foi muita. Demonstrou bem três das grandes afirmações que lhe são feitas. Porque é que não tinha emprego na Câmara, que tinha ido para o Gaeirense por trocos e a proposta da não apresentação da queixa à IGAL, desde que se demitisse. A proposta, só por si, fala e diz tudo. Denigrem com veemência a sua imagem no jornal. Tentaram fazê-lo noutras ocasiões. Sabem que muito do que está escrito é mentira e é errado. Tem pena que o PS seja um PS único, seja o PS que habita o Concelho de Óbidos e não o PS que existe por este país fora. As convicções do PS de Óbidos parecem-lhe ser bem distintas, bem longínquas do PS nacional. Ainda se acredita no quem está comigo é meu amigo, quem não está comigo é contra mim. Não é desta forma que se faz política, não é desta forma que se está na vida, não é desta forma que se abordam as pessoas, que se cativam as pessoas, que se tenta fazer crescer um partido. Sente-se profundamente incomodada com o comunicado, com as notícias e com tudo aquilo que tem andado à volta desta notícia. Porém, sente-se extremamente calma e serena, porque está de bem com a sua consciência. Quando as pessoas estão de bem com a sua consciência não podem, de forma alguma, estar exaltadas ou incomodadas por aquilo que os outros dizem. Incomoda-a a falta de honestidade e a traição. As acusações passam-lhe completamente ao lado. De consciência está perfeitamente serena.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que na última Assembleia Municipal tinha alertado para o mau estado das estradas rurais, a falta de raios de protecção na ponte da estrada da Capeleira, da ponte sobre a barragem em A dos Negros e sobre a proibição de trânsito na estrada Casais Brancos à Gracieira. Acha muito triste continuar sempre a falar no mesmo.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que fica satisfeita com o facto da Senhora Goreti estar calma, serena e de bem com a sua consciência. É a única militante do PS, pelo que tem uma dupla responsabilidade na intervenção que vai fazer. Foi com toda a confiança que se constituíram as listas e foi com toda a confiança que a Senhora Vereadora integrou no segundo lugar, um lugar de destaque, a lista da Câmara Municipal de Óbidos. Mas, desde o princípio, quase desde o princípio, houve reiteradamente divergências com aquilo que era a posição do PS. Houve várias reuniões com a Senhora Vereadora, ao longo deste ano, algumas das quais ainda durante o seu mandato, ou durante a sua responsabilidade com a Comissão Política, outras já posteriormente, a última das quais, que para si foi a última reunião possível, ocorreu no dia trinta de Outubro do corrente ano, com um pequeno grupo de pessoas e com a presença do Senhor Presidente da Distrital. Foi a última conversa que tiveram com a Senhora

Vereadora. As coisas foram postas de uma forma muito clara. A Senhora Vereadora sabia que se aproximavam votações importantes. Na véspera da reunião de Câmara, que deu origem a esta situação, foi firmado um compromisso entre os dois Vereadores e a Comissão Política. Ninguém violou a consciência da Senhora Vereadora. Assumiu um compromisso de livre e espontânea vontade, depois de uma longa e demorada reunião. No dia seguinte, a Senhora Vereadora mudou de opinião. Está livre de o fazer. Respeitam isso, nem têm nada contra, simplesmente os valores são diferentes. A Senhora Vereadora não está a ser castigada. Este é o mecanismo normal, partidário, retiraram a confiança política e amigos como antes. A Senhora Vereadora fará o que entender, o mandato pertence-lhe. A lei não elege pessoas da lista, elege as pessoas na lista. A Senhora Vereadora é livre de, se entender, não renunciar ao mandato e levá-lo até ao fim. Há uma lógica reiterada de falha de compromissos com o PS, com aquilo que é a visão da Comissão Política local. Se há divergência de valores, está tudo bem, ninguém se chateia, mas a Senhora Vereadora assume a responsabilidade do mandato e o PS prefere ficar apenas com um Vereador, mas de bem com a sua consciência, com os seus valores.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado congratulou-se com a realização, pelo Centro Maria José Salavisa, de vários workshops para crianças. Foram realizados dois, no espaço de dois meses. Um de designer de iluminação de natal e outro de cake designer, que foi muito interessante. O espaço é muito interessante. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara se incrementava a realização de mais workshops deste tipo, porque as crianças vão ao sábado à tarde. Normalmente existem exposições de arte, que também são muito importantes, porque é o primeiro contacto das crianças com a arte. Felicitou pelo facto de se terem realizado estas iniciativas e solicitou a incrementação de mais actividades para as crianças.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a acusação e a declaração que é feita pela Vereadora Goreti, na componente de uma troca, ou uma suposta troca, de uma queixa à IGAL por uma renúncia ao seu mandato de Vereadora é, absolutamente, deplorável. Irá falar com o Presidente da Comissão Política Concelhia e irá ajuizar quem é que efectivamente fala verdade. Esta situação é uma situação deplorável. Ou a proposta que foi feita, na qual não acredita e que não marca o PS de Óbidos, com o qual tem colaborado, ou então a Vereadora Goreti, ou quem a industriou, está a fazer uma acusação e uma mácula sobre pessoas que verdadeiramente não a merecem. A utilização desse tipo de argumentário é igualmente, a todos os títulos, deplorável. Nunca houve uma troca relativamente aos princípios da legalidade. Se o PS, por algum motivo, tem razões para duvidar de eventual ilegalidade de actos da Câmara Municipal, acciona os mecanismos, nos termos da lei, e não faz trocas políticas relativamente a isso. Se eventualmente há uma orientação política diferente, relativamente a estes princípios, vai ter que apurar, que saber, para depois tomar as devidas decisões, relativamente à sua colaboração. Seja porque via for, esta situação, que foi relatada pela Vereadora Goreti, é, a todos os títulos, deplorável, inaceitável e no futuro trará à Assembleia Municipal quais foram as conclusões a que chegou, porque não esteve presente nas conversas que foram estabelecidas. Vai ter, no limite, de confiar nas consultas que vai fazer para concluir sobre quem fala verdade relativamente a este aspecto. Lamenta que por uma via, ou por outra, a Assembleia Municipal tivesse presenciado um momento verdadeiramente deplorável.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que pensa que não se pode estar a servir do

problema da Vereadora Goreti para cortina de fumo de uma ordem de trabalhos muito longa e de assuntos bastante importantes. Não podem dar a este ponto um valor de forma a que ele venha a ensombrar os verdadeiros interesses do Concelho, que estão em causa. O problema da retirada de confiança foi falado na reunião que houve no dia trinta de Outubro do corrente ano, em que alguém deu o exemplo da retirada de confiança a Vereadores do PS num Concelho próximo. Já se sentiu envergonhado na Assembleia Municipal por alguns louvores e elogios que lhe eram feitos, no sentido de minimizar e de apurar o PS. Sobre não haver uma grande diferença entre uma abstenção e votar a favor, disse que o branco é o branco e o preto é o preto. Este assunto não tem mais relevância. A Senhora Vereadora seguirá o seu caminho. Afinal, não valeu a pena ter tido tanto trabalho a recorrer das votações e a fazer recontagem de votos quando foi das eleições. Propôs um voto de louvor, de reconhecimento e de orgulho pela Santa Casa da Misericórdia de Óbidos ter sido ao longo de quinhentos anos o maior esteio do Concelho de Óbidos, o maior centro da Vila. Pediu à Mesa que se faça disto um voto de regozijo, de louvor, pela passagem dos quinhentos anos da Santa Casa da Misericórdia. Fez uma pequena homenagem ao Senhor Luís Tudela, que faz exposições de fotografias, levando Óbidos a vários pontos do país. Fez o lançamento de um livro sobre notas e escudos de Portugal no Palácio Foz, em Lisboa. Deixou uma palavra e um aceno de simpatia, por se ter radicado em Óbidos há muitos anos. Têm que acarinhá-las essas pessoas. A Câmara Municipal não tem acarinhado, por motivos que não interessa agora levantar.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que desde o início da reunião tem seguido a ordem das inscrições para dar a palavra, quer aos Senhores e Senhoras Deputadas, quer, até ao momento, à Senhora Vereadora. Assim vai continuar. A propósito da intervenção que o Senhor Deputado João Lourenço fez, disse que no início da mesma, o Senhor Deputado, no seu direito do uso da palavra, pareceu-lhe dar a entender que estão a gastar muito tempo com esta matéria. Se recuar no tempo, já perderam, nuns casos, e ganharam noutros, muito tempo a debater matérias também polémicas. A Mesa limita-se a dar conta dos factos, sabendo que existem certas matérias que doem mais do que outras. Já o povo diz que quem anda à chuva molha-se e quem não compra chapéu-de-chuva, às vezes, não pode deixar de fazer com que a chuva lhe caia em cima. Mas essa é uma matéria em relação à qual é totalmente alheio, bem como os membros da Mesa. A Mesa aceita a sugestão de se poder fazer um voto de louvor a essa entidade que tem marcado de forma muito positiva a vida colectiva do Concelho de Óbidos. Se existir algum voluntário para passar a escrito uma proposta nesse sentido, ainda antes de entrarem directamente na ordem de trabalhos, poderão proceder à respectiva votação.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ficou estupefacto com o que ouviram. Uma parte do que foi a intervenção da Vereadora Goreti foi hoje comunicado à Câmara Municipal, na medida em que tiveram conhecimento por parte da Comissão Política Concelhia do PS desta tomada de posição. Deu-se conhecimento, houve debate e intervenções, mas não foi dito a parte de que teria havido uma tentativa de dizer à Vereadora que o melhor era sair se não o PS accionava uma queixa contra a Câmara Municipal. Isto espanta-o imenso. A reunião do orçamento correu muito bem. Antes da mesma começar, o Vereador José Machado pediu se podia ter com a Vereadora Goreti uma reunião no seu gabinete, para lhe transmitir que trazia uma posição do PS. O Vereador José Machado disse que queriam colaborar, traziam propostas,

que não estavam fechadas, sendo importante que todos saíssem deste assunto a responder a um sentimento de maior unidade. Foi convencido, para a reunião da Câmara, que fossem quais fossem as propostas, o PS iria ter uma atitude muito construtiva e muito positiva. O que se passou na reunião foi uma discussão no sentido de cortarem e consensualizarem aquilo que podia construir essa unidade. Deixou sem qualquer espaço de manobra os Vereadores da oposição de votarem contra o orçamento, porque havia vontade de querer construir o consenso. Quando chegaram à votação, passado um bom bocado, não estavam muito presos ao sentido de voto das pessoas, já não era o mais importante, porque todo o sentimento de harmonia e de construção positiva tinha-se gerado dentro da Câmara. Quando tomou conhecimento, e leu nos jornais, que o facto de ter havido uma aprovação do orçamento - é uma gota de água para uma atitude desta natureza, tão forte - ficou surpreendido, porque achou que era isso que o PS queria fazer. Não existe nenhum voto contra. É das poucas vezes em que não há votos contra na aprovação do orçamento. Achou que essa era a vontade, o compromisso e a questão de respeitar com lealdade, com fidelidade, aquilo que tinha acontecido. Para além de ter ficado estupefacto com o que aconteceu, que o ultrapassa, não pôde deixar de ouvir o Senhor Deputado Luís Carvalho, que lhe pareceu bastante sincero, quando pôs a questão de querer saber o que se passou. Acha que todos têm que saber o que se passa. Isto é grave, é uma situação que é inédita. Não se lembra, em trinta anos, de alguém ter perdido a confiança política. Estão a construir um clima para enfrentar as dificuldades, consensualizam. Depois há uma tentativa de comprar a posição de um Vereador, ou de haver uma negociação. Isto, de facto, é deplorável. Merece um esclarecimento cabal e profundo. Não estava preparado para ouvir dizer que não se apresentava uma queixa se a Vereadora saísse do cargo para o qual foi eleita.-----

---A Senhora Vereadora Maria Goreti Ferreira disse que o Presidente da Comissão Concelhia ligou-lhe, pedindo-lhe para estar com ela, para lhe dar conhecimento da resolução que tinha sido tomada na reunião. Voltou a dizer que não estava no Concelho e estava longe. Foi-lhe dito que voltava a ligar, porque ia ver se lhe podia comunicar por telefone, porque Leiria queria este assunto resolvido o mais rapidamente possível. Passados uns minutos voltou a ligar e disse que havia duas hipóteses. Ou retiram-lhe a confiança política ou a Goreti demite-se e não fazem queixa à IGAL e a Goreti sai a bem, sem problemas nenhuns. Disse hoje, em sessão de Câmara, ao Senhor Presidente que tinha-lhe sido feito uma proposta que achava no mínimo desonesta, que tinha ficado estupefacta, mas não disse qual era, porque só à noite, na Assembleia Municipal, iria dizer, para que todos ouvissem. Acredita que o Senhor Presidente da Comissão Concelhia seja uma pessoa de nome e sabe o que lhe disse telefonicamente, não o podendo negar. É o mínimo em que pode acreditar. Espera que seja uma pessoa de nome.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues manifestou o regozijo do PS pela atribuição do prémio às escolas de Óbidos, pela OCDE. Ficaram, naturalmente, muito satisfeitos. São obras arquitectónicas de vulto e como tal foram reconhecidas. Têm pena relativamente às questões da sustentabilidade. Sabem que estes prémios também têm como fundamento as questões da sustentabilidade ambiental. Embora constem do projecto, não foram ainda instalados os painéis solares respectivos. Têm esperança que essa situação seja revertida. Agradeceu as informações prestadas, relativamente às dívidas a terceiros e à execução orçamental. Estes documentos foram-lhe transmitidos por via do Vereador José Machado. Os elementos que pedem

repetidamente e insistentemente, várias vezes e por vários meses ao longo do ano e que foram dados em tempo, que sejam dados com regularidade, durante o ano de dois mil e onze, porque o acompanhamento das contas do Município passam por conhecer esse tipo de elementos. Todos ganham com as questões da transparência, não há nada a esconder, seria muito útil que tivessem elementos mais a tempo. Vão pedir por escrito esclarecimento sobre um conjunto de assuntos, que são a Óbidos Solar e o número de fogos apoiados no âmbito deste programa, as questões dos trabalhos a mais nas escolas, a questão da Associação de Turismo de Óbidos, do criatório de ostras, da fábrica do chocolate, da habitação social, da requalificação do Largo de São Marcos em Gaeiras, a rede de esgotos e a cobertura total do Concelho com este equipamento, a substituição das tubagens de água que estão construídas em amianto e por fim a questão do parque florestal. Este é um conjunto de temas que não faz sentido estarem a pedir neste momento, mas vão fazer chegar o pedido por escrito. Ao que sabe, foi posto à Senhora Vereadora Goreti se ela pretendia renunciar ao cargo, uma vez que não estavam reunidas as condições políticas para continuar a representar o PS, ou então que lhe seria retirada a confiança política, com todas as consequências que isto tinha para ela. A questão, tal como foi apresentada, é obviamente uma coisa sem nexos.-----

---O Senhor Deputado José Botelho, sobre a situação da Senhora Vereadora Goreti, disse que pior que o conhecimento da situação em si, foi os termos, mais ou menos, pormenorizados com que aqui foi, pelos Deputados do PS, explicado o processo interno que levou à expulsão da Vereadora do PS. Ficou muito impressionado com esse processo interno. Há séculos tinha visto da inquisição processos semelhantes. Há dezenas de anos também viu processos semelhantes, muito acarinhados pelo PCP. Pela cultura democrática do PS, este facto, em si mesmo, e o processo interno que aqui foi descrito, que foi revelado, é assustador. Não é só deplorável. É bastante mais do que isso. A Vereadora foi eleita por um voto ou por três. Deve ter havido um erro na recontagem, porque se não tivesse sido isso, hoje não se punha a situação do PS andar a espancar os seus representantes na Câmara Municipal de Óbidos. Numa base de correcção fraterna, relativamente aquilo que lhes foi dado ver e assistir, é muito penoso este tema. Este tema é o tema da expulsão dos independentes e é muito penoso na vida política. Se os partidos candidatam independentes nas suas listas a órgãos, quer sejam de soberania ou autárquicos, o que fazem é convidar independentes e sufragá-los pela independência que têm. É esse o seu contributo, a sua mais-valia, é isso que é apresentado ao eleitorado. Se em três momentos, a Senhora Vereadora Goreti, entre os interesses partidários de bota a baixo, de derrube do Executivo da Câmara de Óbidos e os interesses de todos, da nossa terra e da nossa gente, optou pelos segundos, optou pelo bem, não optou pelo interesse mesquinho partidário de mandar a baixo, diminuir e apoucar os outros, como tem sido feito. Isto é, foi, um processo de expulsão. Neste processo ficaram a saber que para o PS, os Vereadores eleitos nas suas listas, independentes, para mais, mas mesmo que o não fossem, são bonecos, robertos, marionetas, não têm voz própria, não têm pensamento próprio, não são donos de si próprios. Ainda bem que os Obidenses elegeram, pela lista do PS, como independente, uma pessoa que é dona de si própria e que mostrou bem que quem preside à consciência dela é ela e não a máquina local do PS. Fê-lo em três momentos importantes para a vida comunitária em que o PS, para variar, esteve sempre mal, porque pôs sempre interesses negros, interesses de desfazer os outros acima dos interesses

do bem, do Concelho, do progresso e da valorização da nossa gente. Foi quando foi a história do empréstimo, à volta de dois milhões e meio de euros, para conclusão dos dois complexos escolares. Votou a favor, ia votar contra, para impedir que os complexos escolares tivessem aberto este ano lectivo. Foi a questão do orçamento. Apresentaram uma proposta, que dizia, mais ou menos, para baixarem vinte por cento na despesa orçamentada, acabem com as empresas municipais, arranjem uma outra figura e para o ano o orçamento irá ter uma base de feitura diferenciada, sendo um orçamento participativo. Se apresentam uma proposta e ela é aceite pela Câmara Municipal, que sentido faz oferecer uma proposta, ela ser aceite, e depois não votar favoravelmente a mesma e que acabou por fazer vencimento. Não tem efeito útil, não tem seriedade, não tem honestidade. Estão aqui a fazer bem, para fazer bem a toda a gente. Se foi esse o verticalismo, o comportamento, que tanto amargou a garganta do PS, pena é que assim seja. Além dos dois pontos que referiu, existe um terceiro, que é votar favoravelmente as obras a mais dos complexos escolares. Não podem votar só para destruir aquilo que já está feito e para impedir um fecho final de contas, contabilístico e burocrático. Não podem ser na vida política uma menos valia. Têm que ser mais, que acrescentar, não têm nada que diminuir. Hoje, perguntou a si mesmo, até que ponto o PS não começa a ser uma enfiada de coisas, que não tem nexos de congruência e de coerência entre si, para acrescentar mais e para dar o bem que tem para dar àqueles que são nossos. Este tema da expulsão de independentes, que é por serem bons e por serem independentes, é um tema desgraçadamente deplorável. Essa reprovação, essa censura, que é total, é colectiva, mais impressiona quando se trata de um ano de actividade. Foram buscar uma pessoa, que lhe é independente, para atrair com o seu prestígio os votos do eleitorado, muito particularmente Gaeirense, e depois, um ano depois, derrubam-na, de uma forma indecente, enegrecendo e calcando-a aos pés, dizendo em comunicados públicos, que não tem carácter, que não tem princípios, que não tem valores, que violou compromissos. O seu único compromisso com o PS, segundo a própria, foi ser Vereadora do Município de Óbidos. É um compromisso que a honra, que a orgulha. Avisaram-na para ter cuidado com a votação dos trabalhos a mais. Depois, avisaram-na de outra maneira e que ela referiu. Se não renunciava ao mandato, que não pertence ao partido, porque foi eleita como independente, denunciavam-na à IGAL, vai pagar uma multa e vai perder o mandato. Isto é horroroso, chantagem pura e dura. Perguntou à Senhora Vereadora Goreti, se essa chantagem foi feita, ou não, por quem e em que momento e circunstâncias.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos pediu desculpa à Assembleia Municipal pelas atitudes do Senhor Deputado José Botelho, o qual se mete em assuntos que não devia. Só contribui para um mau estar da Assembleia Municipal. Acha que o Senhor Deputado caiu na Assembleia de pára-quebras. Não conhece a realidade do Concelho, não conhece as situações. Entra em ofensas corporais e morais, metendo-se numa política de ofensiva pessoal. Disse que pondera camaleões.

---O Senhor Deputado João Lourenço chamou à atenção da Assembleia Municipal para o facto do Senhor Deputado José Botelho ter citado a inquisição, ter dito que o PS era uma enfiada de coisas, que os empréstimos eram bons e que o orçamento é bom e que as obras a mais, votadas, também eram. Fazer bem para fazer bem à nossa gente. A verdade chegou ali como dogma absoluto e ele é que sabe o que é ser bom. Os que não tiverem o critério dele são uma enfiada de coisas. Ele é que sabe o que é acrescentar. A noção e o critério dele de acrescentar é que contam.

O critério dos outros é diminuir. Segundo o critério do Senhor Deputado, a Vereadora Goreti foi criticada pelo PS por ser boa Vereadora. Os outros não são.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho registou o entusiasmo com que o Senhor Deputado José Botelho falou sobre este tema, o que não é novidade no PSD. Recordou que um colega da bancada do Senhor Deputado, num programa de rádio, anunciava, com grande entusiasmo, todas as situações que estavam a envolver a Vereadora Goreti e o PS. Já perceberem que algum PSD anda muito entusiasmado com esta questão. Não o espanta a forma como aqui efabulou tudo isto e também não o espantam as certezas que o Senhor Deputado tem e que ele não tem. Na bancada do PS já houve votações em que os votos não foram unânimes. Cada um pensou pela sua cabeça em determinadas alturas. Da bancada do PSD não se lembra de uma votação em que alguém tenha votado de forma diferente daqueles que efectivamente eram a maioria. Toda a gente vota com a forma. Não está aqui como defensor do PS. Julga que existem algumas testemunhas do partido que apoia o Senhor Deputado que recordam bem as dificuldades públicas que tiveram com a inclusão nos estatutos do PSD, relativamente a expulsões de militantes que não votavam de acordo com a forma. Quem teve essa discussão foi o PSD. O Senhor Deputado anda um bocadinho desatento relativamente à realidade concelhia e à realidade nacional. O Vereador do PS tinha feito umas propostas e porque foram aceites, era obrigatório votar a favor. Olhe para o seu partido. Negociou com o Governo do PS, ponto por ponto, as questões do orçamento de estado para dois mil e onze e depois absteve-se. Convém ser coerente. Prefere um discurso com menos palavreado, mas mais coerente, do que o discurso que o Senhor Deputado traz, que é um discurso todo efusivo, feito de palavras caras, mas que não tem qualquer tipo de alicerces para sustentar a sua posição.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa deu os parabéns ao Senhor Deputado José Botelho pelo aproveitamento político que conseguiu pôr na Assembleia Municipal, com a sua intervenção. Faz parte da lista do PS como independente. Não se consegue rever naquilo que foi dito pelo Senhor Deputado. Contesta, vivamente, que os independentes sejam tratados como marionetas, robertos, etc.. O PS tem tratado todos os independentes com coerência, com respeito, tendo sempre, os mesmos, um papel activo em todas as decisões que têm sido tomadas pela Concelhia do PS. Não se revê naquelas palavras e manifestou publicamente essa situação.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que os argumentos têm que se basear em factos. Relativamente à discussão da expulsão e retirada de confiança política da Vereadora Goreti, disseram para olhar para a bancada do PSD, são monolíticos, ninguém pensa, ninguém tem voz própria. Estão enganados. Nos tempos que tem estado na Assembleia Municipal, já houve discussões na bancada do PSD bem buliçosas, bem ferventes, que mostram que também têm muita confrontação de ideias e que cada um pensa pela sua cabeça. Referiu que as expulsões de militantes do PSD em processos disciplinares, já foram para aí há dez anos. Não está nada ocupado com esses laivos menos bons que também marcaram, em alguns momentos, a actividade política do seu partido. Não tem nada a ver com o facto que se discutia. O Senhor Deputado Luís Carvalho referiu que ele dizia umas coisas, mandava umas bocas, mas as coisas são muito mais sérias e não é por palavras que se fazem as coisas é com palavras que tenham algum sentido, algum conteúdo, alguma densidade. Nesse sentido, nem sequer ilustrou, nas suas palavras, onde é que faltava essa densidade, na ilustração que lhe faltou fazer.-----

---A Senhora Vereadora Maria Goreti Ferreira disse que é falso o que a Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues afirmou. Aquilo que lhe foi dito telefonicamente foi: ou retiramos-lhe a confiança política, ou demite-se e nós não fazemos queixa à IGAL e você sai bem disto. Foi isto que lhe foi dito. Se querem que tenha sido outra coisa qualquer, se se querem pôr a inventar, se querem pôr-se a chamar-lhe mentirosa, que é aquilo que falta juntar à pessoa sem carácter, sem valores, sem convicções, sem princípios. É essa que falta juntar a todos os outros nomes que já lhe chamaram. Jamais lhe passaria pela cabeça vir para a Assembleia Municipal dizer algo que não fosse verdadeiro. Não faz parte da sua pessoa, não faz parte do seu carácter, não faz parte dos seus princípios. O que lhe foi dito telefonicamente, voltou a reiterar, foi retirada da confiança política, ou demite-se e não fazem queixa à IGAL e sai bem disto tudo. Se querem ir inventar, se querem ir especular com estas palavras, se querem dar a volta ao texto, já se viu no comunicado que tudo conseguem, façam aquilo que entenderem. Não digam é aquilo que não foi dito, digam a verdade.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – ELEIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

- Foi presente a proposta que a seguir se transcreve: “Relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos “Eleição de um grupo de trabalho para elaboração de uma proposta de alteração ao regimento da Assembleia Municipal”, o Grupo Municipal do PSD, vem propor os seguintes nomes: José Silveira Botelho, José Capinha, Celeste Afonso, Sílvia Saramago, Catarina Carvalho, Custódio Sousa Santos.”-----

---Posta a proposta a votação secreta, foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço entregou uma proposta de alteração ao regimento para facilitar os trabalhos à Comissão que o vai fazer, sendo certo que o PS aceita o regimento que está, com as pequenas alterações que apresentou. São pequenas alterações que podem facilitar os trabalhos. É um contributo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO E PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS PARA DOIS MIL E ONZE:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil e doze, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e onze.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos leu o documento que a seguir se transcreve: “Na Câmara Municipal de Óbidos o respeito pela legalidade democrática não passa de letra morta. Em vez de ser uma autarquia integrante do Poder Local Democrático, a actual maioria instalada no executivo municipal cultiva um poder autárquico. Aquando da apresentação, discussão e votação do orçamento municipal de dois mil e dez afirmámos que na Câmara Municipal de Óbidos vigorava a lei do funil. Ora, nos termos da lei número vinte e quatro, barra, noventa e oito, de vinte e seis de Maio, os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, têm o direito de ser

ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade. Em entrevista ao jornal Mais Oeste, edição de oito de Fevereiro de dois mil e dez, o Presidente da Câmara confirmou que não têm a prática de ouvir a oposição formalmente. E afirmou ainda que no futuro iria cumprir o legalmente estipulado ouvindo o PCP sobre esta matéria. Porém, esta sua declaração foi feita apenas para inglês ver, porquanto voltou a violar a lei, não ouvindo, como era sua obrigação, o PCP ou o seu representante no órgão deliberativo. O documento que nos é apresentado mais não é do que o decalque do que havia sido feito no ano anterior, passando ao lado da resolução dos grandes problemas e carências existentes no Concelho, nomeadamente em relação ao desemprego, à saúde, ao ambiente, à protecção da Lagoa, à rede eléctrica, à má, muito má qualidade das redes de água, à construção de redes de esgotos nos lugares onde ainda não existem, à correcção da EN oito, e por aí fora. Importa sublinhar que tratando-se de um plano de médio prazo quase tudo o que é referido no documento se circunscreve ao ano de dois mil e onze e pouco sobra para dois mil e doze. Isto é, quando tanto se fala / escreve em estratégia nos diferentes documentos apresentados a esta Assembleia, no que ao investimento importa, ao que parece, a maioria no executivo mostra não ter estratégia. À semelhança do que acontece muitas vezes com os preâmbulos de certas normas os seus articulados vão no sentido inverso aos objectivos proclamados. É o que se verifica também entre o anunciado na nota introdutória ao Orçamento, PAM e PPI dois mil e onze e o seu suporte, ou falta dele, nas rubricas correspondentes. Isto é, as opções contidas nestes importantes instrumentos norteadores da actividade municipal, na nossa opinião, não vão melhorar a qualidade de vida da população do Concelho de Óbidos. Ora, no que importa a investimentos, basta que não se verifique total ou parcialmente a venda de bens de investimento – terrenos, no valor de quatro milhões cinquenta e três mil novecentos e setenta e sete euros e sessenta cêntimos e outras receitas de capital, que não se sabe do que se trata, no montante de dois milhões cento e oito mil seiscentos e sessenta e seis euros e vinte e nove cêntimos, para o investimento previsto ficar reduzido a menos de cinquenta por cento. Aliás, esta nossa desconfiança radica na experiência adquirida com o orçamento de dois mil e dez, que passados dois meses da sua entrada em vigor, como previmos, escrevemos e chamámos à atenção na ocasião, os valores apresentados não tinham consistência e mais tarde ou mais cedo e mais cedo do que tarde o município teria que recorrer a um empréstimo a fim de desenvolver alguma, pouca, actividade. A vida, infelizmente, acabaria por nos dar razão e logo no princípio de Março de dois mil e dez, dois meses após o orçamento ter entrado em vigor, esta Assembleia era confrontada com um pedido da Câmara a fim ser autorizado a contracção de um empréstimo no valor de dois milhões e setecentos mil euros. Ora, esta inflação das receitas de capital também desvirtua, sobretudo, a relação entre despesas correntes e despesas de capital, isto é, as despesas correntes consumirão, decerto, mais de oitenta por cento do orçamento municipal. Se a isto adicionássemos os gastos das Empresas Municipais, as despesas correntes consumiriam quase a totalidade do orçamento municipal. São opções. As nossas opções seriam diferentes e melhores para a população do Concelho de Óbidos. Na nota introdutória é referido que a promoção de investimentos inovadores e criativos de alta qualidade e a consequente criação de emprego. Uma coisa é o município não se quedar no amorfismo, outra coisa são os resultados obtidos com as suas políticas. A este propósito convém trazer à colação que a metodologia estratégica e política do executivo tem falhado redondamente. Senão

vejam: no final de Dezembro de dois mil e oito o número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional, relativamente ao Concelho de Óbidos era de trezentos e oitenta e um. Em Novembro de dois mil e dez o número de desempregados no Concelho de Óbidos inscritos naquele instituto era de quinhentos e setenta e três, ou seja, em menos de dois anos o número de desempregados subiu cerca de cinquenta, vírgula, quatro por cento. É referido na nota em apreço ser intenção do executivo manter as transferências de verbas do plano e orçamento municipais para as Juntas de Freguesia. No nosso entender as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia são, por norma, bastante reprodutivas, porquanto, como se sabe, têm um efeito multiplicador, isto é, com poucos recursos as Juntas de Freguesia desenvolvem um grande trabalho em benefício das populações. Convém lembrar ou relembrar que a CDU foi pioneira a nível nacional neste tipo de delegação de competências e recursos municipais para as freguesias. Na referida nota são enumerados os investimentos previstos que no nosso entender não passam de uma listagem de carências que na maioria dos casos não terão concretização prática. No próximo ano a lista dos investimentos vai repetir-se, infelizmente. Na citada nota introdutória é referido que lançamos uma nova aposta – economias criativas, com a criação do parque tecnológico de Óbidos. Ora, sobre o parque tecnológico há a dizer que mais não é do que um elefante branco, sorvedouro de recursos municipais. Basta observar os recursos financeiros e outros transferidos pela autarquia ao longo dos anos para a Óbidos Requalifica. Estranha-se que nesta nota introdutória nada seja dito sobre as empresas municipais. A propósito das empresas municipais cumpre-nos afirmar o seguinte: Óbidos Requalifica – A actividade desenvolvida e os resultados obtidos por esta E.E.M. ao longo da sua existência mostra bem como não foi devidamente ponderada a sua criação. Sabe-se que uma boa parte, quiçá a maioria, de E.E.M. constituídas pelos órgãos municipais, como é do conhecimento público, deram bota e serviram essencialmente para acolitar comadres e compadres (o vosso chefe distrital, Fernando Costa, é menos generoso na atribuição de epítetos) e arredondar remunerações de Presidente da Câmara e Vereadores e fugir a regras mais apertadas no que concerne à elaboração de orçamentos municipais, admissão de pessoal, etc. Tudo o que a Óbidos Requalifica faz pode, sem grande esforço, ser feito pelos serviços municipais. O Concelho de Óbidos é pequeno, o seu número de habitantes não deve ultrapassar os doze mil, e a estrutura organizativa dos serviços municipais não é, nem podia ser, de tal modo pesada que não pudesse incorporar as actividades e funções desempenhadas pelas duas empresas municipais. Antes pelo contrário, teria vantagens. A teoria da agilização de procedimentos, menos burocrática, etc., não colhe. No que concerne ao orçamento dois mil e onze, da Óbidos Requalifica, queremos sublinhar o seguinte: Conta de exploração previsional – venda de serviços prestados – quinhentos e sessenta mil euros, partindo-se do pressuposto que serão vendidos seis lotes no chamado parque tecnológico. É claro que quem elaborou e aprovou este orçamento sabe que isto não passa de ficção. No orçamento de dois mil e dez a previsão assentava no pressuposto de que seriam vendidos nove lotes. E, afinal, quantos lotes foram vendidos? Conta de fornecimentos de serviços externos – honorários – quarenta mil euros. Em dois mil e dez gastaram-se à volta de quinze mil euros, ou seja, em tempos que deveriam ser de redução de custos, verifica-se um aumento de cento e sessenta e sete por cento. É obra. Publicidade e propaganda – dez mil euros. Em dois mil e dez não foi utilizada esta rubrica. A percentagem do desvio, neste caso, é difícil de calcular. Outros

(um dos célebres sacos azuis) – seis mil e oitocentos euros. Em dois mil e dez esta rubrica utilizou ou utiliza dois mil euros. Incompreensível, portanto. Uma nota sobre a referência feita no orçamento anual da exploração – ano de dois mil e onze. A administração da empresa será efectuada de uma forma graciosa. Referência igualmente feita na Óbidos Patrimonium. Esta referência constitui uma novidade. Será que os três administradores não auferem qualquer remuneração? E nos anos anteriores? O Presidente da Câmara e os Vereadores a tempo inteiro, enquanto administradores das empresas municipais nunca foram remunerados? Ou se foram remunerados, ressarciram, no todo ou em parte, estas empresas do que haviam recebido, por sugestão da inspecção oportunamente realizada ao município de Óbidos? Óbidos Patrimonium – No essencial reiteramos as afirmações feitas à outra empresa municipal. Algumas considerações específicas. Síntese dos objectivos estratégicos e actividades a desenvolver – (...maior contenção da despesa, face à conjuntura económica adversa que afecta o país e a Europa, em resultado da grande instabilidade dos mercados financeiros. Então a crise não resultará sobretudo do modelo político e económico dominante a que alguns chamam modelo neo-liberal com implicações na política, na economia, no direito, nas questões sociais, incluindo o emprego e a protecção social e ambientais e outras). Então o aumento da idade da reforma, os cortes na saúde e de outros apoios sociais o aumento do desemprego, as privatizações, a redução dos salários, etc., enfim, as receitas do costume, conhecidas por “ajustamentos estruturais”. Então tudo isto não é muito mais do que a instabilidade dos mercados financeiros? Sapateiros a tocar rabeção? Educação – apoio administrativo e financeiro ao sector da educação do município. Esta afirmação é de bradar aos céus. O município transfere oitocentos mil euros, acrescidos do IVA, para a empresa apoiar financeiramente o sector da educação, ou seja, roubar galinhas e vendê-las ao dono. É absurdo, não é? Quanto ao apoio administrativo a um serviço que deveria ser eficaz e eficiente não faz sentido, porquanto haverá sobreposição de procedimentos, choques com as hierarquias e por aí fora. Ou é mais uma forma encapotada, mas com o rabo de fora, de desorçamentação? Ou será que, por acaso, ou talvez não, haverá porventura colaboradores nominalmente atribuídos à Óbidos Patrimonium a exercer funções (de chefia e coordenação) no Centro de Intervenção Social? Sobre os eventos é referido que vai ser mantido o que tem sido feito, de cuja listagem consta o seguinte: Festival de Chocolate – cinquenta mil euros; Junho das Artes – cinquenta mil euros; Festival de Ópera – cento e dez mil euros; Temporada do Cravo – vinte mil euros; Vila Natal – cinquenta mil euros; IPRI – quatro mil euros; Outros Eventos – duzentos e dezoito mil novecentos e trinta e seis euros (mais de trinta e nove, vírgula, cinco por cento no conjunto dos eventos que não se sabe para que é. É inaceitável que uma verba tão elevado não seja discriminada. Outro saco azul?). Ora e nós a pensarmos que alguns destes eventos se pagavam a si próprios. Para outros sectores vão mais duzentos e quarenta e sete mil e sessenta e quatro euros, do orçamento da empresa, distribuídos da seguinte forma: Rede de Museus & Galerias – cento e setenta e quatro mil duzentos e sessenta e quatro euros; Coro Infantil – dezanove mil e oitocentos euros; Posto de Turismo – nove mil euros; Óbidos Visto pelas Crianças – quarenta e quatro mil euros; que no total totalizam quinhentos e cinquenta e dois mil novecentos e trinta e seis euros. Parece-nos ainda importante trazer à colação outras cifras significativas, nomeadamente: Trabalhos Especializados – quatrocentos e oitenta e cinco mil euros; Honorários – trezentos e vinte e oito mil euros; Deslocações e Estadias – cem mil

euros, e outras que no total perfazem um milhão trezentos e sessenta e um mil setecentos e cinquenta e dois euros. Os gastos com pessoal rondam cerca de um milhão de euros, mais exactamente novecentos e trinta e sete mil trezentos e cinquenta e oito euros e quarenta cêntimos. Outra importante tirada contida no preâmbulo desta empresa. Contributo sólido à manutenção dos pressupostos de criação de riqueza e emprego. Sobre a criação de emprego no Concelho reiteramos o afirmado acima, o desemprego registado no Concelho de Óbidos, em apenas dois anos, cresceu cinquenta, vírgula, quatro por cento, o que é dramático. Não vale a pena tapar os olhos com a peneira. Esta é a realidade, infelizmente. Enfim, o que se sabe é que vão sair do orçamento municipal, oitocentos mil euros, acrescidos do valor do IVA, que se for à taxa mais baixa importa em mais quarenta e oito mil euros. Esta empresa municipal de acordo com o referido no preâmbulo e objectivos definidos no contrato-programa aproxima-se muito de um serviço paralelo ao serviço municipal, eventualmente com melhores remunerações e outros que encaixam perfeitamente no conceito de desorçamentação e fora de controlo desta Assembleia. Enfim, mais uma razão para a sua extinção e integração das suas obrigações, competências e funções nos serviços municipais. No que à educação diz respeito e atento ao que é referido na nota introdutória importa sublinhar o seguinte: não é por terem entrado em funcionamento os complexos educativos (com um ano de atraso em relação ao previsto) e a modernização e ampliação de jardins-de-infância que confere ao município de Óbidos um modelo educativo próprio. Presunção e água benta toma-a quem quer. Parece-nos uma asserção autárcica, egocêntrica e sem correspondência com a realidade, porquanto aqui ao lado no vizinho Concelho de Caldas da Rainha tem tudo o que tem o Concelho de Óbidos e até níveis superiores de ensino. Não deixamos de reconhecer, todavia, que nos últimos anos tem havido uma recuperação dos atrasos verificados nesta área. Na nota introdutória são realçadas as receitas provenientes da venda de água taxas de saneamento e resíduos sólidos na ordem dos três milhões cento e cinquenta mil euros. O que é estranho é que nada se diga sobre investimentos nestas áreas, porquanto, como é sabido, uma parte ainda significativa das redes de água, Vila de Óbidos incluída, são constituídas por tubagem de fibrocimento, que contêm amianto, alguns lugares do Concelho ainda sem redes de esgotos e a inexistência de redes de esgotos separativos numa importante parte do Concelho. Afirmando o Presidente da Câmara à comunicação social que o Concelho assenta essencialmente na iniciativa privada e, paradoxalmente, as dívidas a fornecedores e outros tenham vindo a subir quase de forma exponencial, prejudicando assim o desenvolvimento da actividade económica de muitas empresas. Importa sublinhar ainda que sendo o Concelho de Óbidos um Concelho de grande vocação agrícola e constituindo a agricultura um importante recurso económico o executivo municipal nada diga sobre o assunto. Assim, em coerência com o que afirmámos atrás, o nosso voto não pode ser outro do que um voto contra as políticas municipais prosseguidas pela actual maioria.”-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho leu o documento que a seguir se transcreve: “Declaração – Este não seria certamente o nosso orçamento, como não o foram no passado os orçamentos aprovados pela maioria do PSD. E este não seria o nosso orçamento porque um orçamento deve ser uma previsão de receitas e despesas e este orçamento do PSD é uma ilusão de receitas e de despesas. Este é mais uma vez um orçamento que anuncia e não cumpre. Olhando para os orçamentos do PSD de dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil

e dez hoje percebemos que o PSD estava errado e que o PS estava certo. O PSD construía ilusões e não previsões, o PS defendia a realidade e a transparência. Finalmente o PSD e o seu executivo assumem que era uma fantasia o nível das receitas de quarenta milhões de euros. Perceberam finalmente que só pelo facto de aqui aprovarem orçamentos de tantos milhões eles não apareciam como por magia. Ainda que mantenham um elevado grau de irrealismo, com um orçamento que ronda os trinta milhões de euros, e que nem a execução de dois mil e dez inspira o PSD a ser mais realista pois mostra uma receita de cerca de vinte milhões de euros, o trabalho de chamar à realidade e á verdade orçamental feito pelo PS ao longo destes anos está a surtir efeitos ainda que ao retardador, mas é compensador verificar que com o tempo a própria maioria do PSD abate alguns dos mitos que criou. Mas outros mitos sobrevivem. Mantêm-se uma estratégia de engano, de aumento artificial de certas rubricas, ora com receitas que não existem, ora com valores simbólicos irrisórios. E continua a estratégia de sempre, promessas que nunca se cumprem. O PS não esquece que em onze de Janeiro de dois mil e quatro, no seu discurso do Feriado Municipal, o Dr. Telmo Faria, ao mesmo tempo que criticava asperamente o PS, falava de uma empresa municipal a “Óbidos Requalifica” e de uma Sociedade de Reabilitação Urbana que iriam, em conjunto, fazer “algumas obras como a requalificação do bairro de Santa Rufina e do Largo São Marcos, em Gaeiras”. Era o tempo de anunciar que essas obras “são executadas este ano e em dois mil e cinco e assumem-se como uma grande aposta do Executivo”. Ao mesmo tempo que se falava na incúria do PS anunciava-se o lançamento dos “projectos de execução do Centro Lúdico, do Anfiteatro, de Restaurantes e Piscinas ao Ar Livre, e de um Parque de Campismo Rural”? O PS não esquece que em Abril de dois mil e seis era percorrido o “Caminho da Cegonha” por centenas de crianças até que, num comício bem preparado, o Presidente Telmo Faria anunciava que com a barragem do Arnóia, será possível “ter o controlo sobre o caudal do rio e criar um espelho de água criando uma zona de lazer com cafés, do género da “docas lisboetas”, junto à Vila de Óbidos. Em Fevereiro de dois mil e oito a imprensa local, sempre disponível para dar notícias, titulava que “A Câmara de Óbidos vai criar uma Fábrica de Chocolate”. Telmo Faria dizia que a unidade em Óbidos tem os estudos prévios feitos e até meados deste ano (dois mil e oito) estaremos a lançar concurso público e em dois mil e nove abrirá a “Fábrica do Chocolate – Museu”. A outra fábrica surgirá meio ano mais tarde e prevê-se que no Festival de dois mil e dez esteja todo o circuito montado. Mas existem promessas mais recentes, mas igualmente adiadas ou que se vão perdendo no esquecimento das campanhas eleitorais. Há quanto tempo ouvimos falar dos investimentos em Habitação Social? O museu das Guerras Peninsulares? Em Setembro de dois mil e oito o Presidente Telmo Faria afirmava, alto e bom som, que “hoje temos aqui uma exposição, em breve esperamos ter um Museu das Guerras Peninsulares no Largo de S. Marcos na Vila de Gaeiras”. Em breve? O PS afirmou que não seria em dois mil e dez e acertou. E agora afirma que não será em dois mil e onze. De facto o orçamento de dois mil e onze prevê cem euros para este projecto!!! E os incentivos à agricultura biológica, aquacultura e o célebre “criatório de ostras e amêijoas” na Lagoa de Óbidos anunciado em dois mil e nove. A Grande Livraria de S. Tiago? O Auditório do Mocharro? A Casa das Rainhas? O Balcão e a Praça da Criatividade? Outras promessas que o PS disse que não seriam cumpridas em dois mil e dez e que não serão cumpridas em dois mil e onze. E porquê? Tudo porque o PSD é rápido a ter ideias, o mais fácil, mas lento a concretizar. E

mais, é um mau gestor das finanças municipais que se esgotam em maus projectos, em maus contratos, em dívidas, em empresas municipais, em suma em más prioridades. Os trabalhos a mais nas Escolas, que o PS defende que são desnecessários, permitiriam construir o Museu das Guerras Peninsulares. Se as verbas transferidas para a Óbidos Patrimonium fossem reduzidas a metade podia avançar-se em força com projectos de Habitação Social. Mas há números que também nos surpreendem. No caso das Juntas de Freguesia notamos que em dois mil e onze estão previstos apenas quinhentos mil euros, Mas para as empresas municipais estão previstos uns generosos oitocentos mil euros. Quase cinco vezes mais que o dinheiro que será entregue às Colectividades Culturais e Desportivas e às Fábricas da Igreja do Concelho. Apesar da prometida redução das transferências financeiras para as empresas municipais não basta invocar aquela que se verifica de dois mil e dez para dois mil e onze, mas comparar com os quatrocentos e oitenta mil euros do orçamento de dois mil e seis com os previstos oitocentos mil euros para dois mil e onze. As freguesias, essas, respondem pela crise e verão reduzidas as suas transferências em cerca de setenta mil euros em relação a dois mil e dez. E se os encargos com a dívida sobem cerca de quarenta por cento as instituições sem fins lucrativos verão reduzidos os apoios financeiros em cerca de vinte por cento. E falemos dos encargos da dívida. Os juros e outros encargos eram cento e dezoito mil euros em dois mil e seis. Em dois mil e onze estão previstos mais de setecentos e trinta mil euros. Num município com outras prioridades a “investigação cultural” passa a receber mais um milhão de euros que no ano de dois mil e dez. Em quê? Certamente não será mais uma candidatura a património da humanidade da Unesco projecto definitivamente abandonado pelo PSD mas que na altura, alertado pelo PS para o seu insucesso porque mal preparado e mal instruído, nos acusaram de “bota-abaixo”! A estratégia de poupança energética e nos combustíveis não produz efeitos já que a frota automóvel continua a gastar o mesmo que em dois mil e dez. Mas pior. Saberá o Sr. Presidente quanto a CMO previu gastar em combustíveis no ano de dois mil e seis? Cerca de duzentos e cinquenta mil euros. Sabe quanto prevê gastar em dois mil e onze? Mais de quatrocentos e quarenta mil euros. Estamos conversados. O PS propôs o uso mais racional dos combustíveis na CMO, o Vereador Humberto Marques apressado, no Verão de dois mil e oito, vinha anunciar que a Câmara de Óbidos pretende que toda a frota municipal passe a mover-se a energia eléctrica e, depois, com o recurso ao biodiesel. “Temos todas as condições para começar a introduzir o biodiesel presumo que em finais de Setembro. Poderemos falar numa redução de trinta por cento só com a frota municipal”, assegurou. Estava enganado Sr. Vereador, em quatro anos não houve uma redução de consumo mas sim um aumento de cerca de quarenta por cento. O Complexo Logístico Municipal, inaugurado em dois mil e nove, continua a ter uma despesa orçamentada de cerca de um milhão de euros, metade do seu custo total, numa estratégia de desorçamentação criticável. O mesmo se diga das Escolas Novas que continuam, muito tempo depois da sua inauguração, a não estar pagas na sua totalidade. Mas existem factores de enorme preocupação. As Funções Sociais têm apenas trinta por cento da verba definida. E os restantes setenta por cento? O mesmo se diga do Programa Melhor Idade que define apenas vinte e cinco por cento da sua despesa. E o resto? No caso da Habitação Social há muito que percebemos que a promessa de quatrocentos fogos foi uma ilusão, mais uma destinada a enganar os cidadãos. Deste orçamento para dois mil e onze uma boa notícia, a de que o PSD e o Presidente da Câmara aceitaram algumas propostas

do PS destinadas a ajudar o Município. Na reunião de Câmara do passado dia quinze de Dezembro, o Vereador José Machado entregou, no âmbito da discussão do Orçamento Municipal para dois mil e onze, as seguintes três propostas: Primeira – Orçamento Participativo: foi proposto que em dois mil e onze se criem as condições para que em dois mil e doze seja criada a figura do Orçamento Participativo em Óbidos como forma de democratização da gestão dos dinheiros municipais e como incentivo à participação dos cidadãos nas decisões políticas que os afectam. Segunda – Controlo da Gestão Financeira Municipal: através da adopção de várias medidas que passam por a CMO garantir o não aumento do valor do endividamento municipal em dois mil e onze, que a CMO reduza, em pelo menos vinte por cento, o capital em dívida, afectando a maioria da receita extraordinária já garantida de dois, vírgula, cinco milhões de euros, devida por um empreendimento turístico, que a CMO reduza o prazo médio de pagamento a fornecedores em dois mil e onze para cerca de setenta e cinco dias, que a CMO divulgue até Abril de dois mil e onze um relatório independente da situação financeira e da relação custo – benefício dos projectos Óbidos Criativa e dos eventos mais relevantes da Óbidos Patrimonium. Terceira – Fusão das Empresas Municipais: durante anos o PS de Óbidos criticou a forma como se geriram estas empresas e finalmente o PSD aceitou que as empresas municipais não serviam os melhores fins no interesse do Concelho. Mas falta decidir para serem reduzidos os custos de funcionamento. Assim, propõe-se que em dois mil e onze, até ao fim do primeiro semestre, as empresas municipais de Óbidos sejam fundidas numa só. O Presidente da Câmara Municipal de Óbidos informou nessa reunião que são aceites, para implementação, a proposta do Orçamento Participativo e a proposta do Controlo da Gestão Financeira Municipal. Quanto à proposta da fusão das empresas municipais, o Presidente da Câmara disse que não a podia aceitar devido ao risco de se perderem apoios do QREN já contratualizados. O PS reafirma, aqui e agora, que tal risco não existe e mantém a sua proposta de extinção da Óbidos Requalifica no primeiro trimestre de dois mil e onze, passando os seus direitos e obrigações para a Óbidos Patrimonium. Veremos se as propostas do PS serão ou não levadas a sério. É possível fazer diferente. Quando nos acusam apenas de criticar nós damos provas de que queremos e podemos fazer diferente. Ao longo destes anos o PS de Óbidos fez inúmeras propostas concretas. Com o PS os orçamentos municipais serão realistas e verdadeiros. Com o PS as freguesias recebem mais financiamento que a Óbidos Patrimonium. Com o PS haveria apenas uma empresa municipal. Com o PS as famílias e os cidadãos beneficiariam de cinco por cento do IRS. Com o PS o Orçamento Participativo era uma realidade podendo os cidadãos decidir directamente quais os projectos a concretizar. Com o PS as despesas inscritas teriam todas as verbas definidas. Com o PS haveria um reforço de verbas para apoio à generalidade das colectividades. Com o PS haveria uma estratégia, articulada com universidades para a promoção da agricultura. Sem dar respostas a estas e muitas outras propostas, este não é o nosso orçamento para o município. Contudo, e atendendo a que globalmente o Plano de Actividades para dois mil e onze carrega sobre os ombros da maioria PSD uma forte responsabilidade quanto à efectiva concretização de muitas das promessas feitas aos cidadãos de Óbidos, o Grupo Municipal do PS abstém-se na votação da proposta de orçamento para dois mil e onze, desejando que em dois mil e onze, finalmente, comecem a surgir as “promessas” do PSD a Óbidos e aos seus cidadãos.”-----
---O Senhor Deputado José Botelho disse que se congratulam pelo excelentíssimo trabalho de

casa que foi apresentado, tanto pelo PCP, como pelo PSD. Tirando o trabalho e o esforço, existe um pouco de culto da falácia, o culto do sofisma. O Museu das Gaeiras, a requalificação das Igrejas do Carmo e de São Tiago, etc., são sonhos assumidos, queridos e desejados. São sonhos que estão em execução e em marcha. Basta olhar para o Plano de Actividades Municipal. Por razões que têm a ver com a natureza das coisas é necessário refazer no tempo as realizações, que custam dinheiro, que estão pensadas, previstas e são um objectivo. As comparações com certas despesas, muitas vezes com intervalo de quatro anos, desvalorizam completamente alguns bens de consumo, cujo preço disparou muito para lá das inflações, como foi o caso do petróleo. Não lhe parece feliz a comparação entre os gastos de um serviço público, que é a Óbidos Patrimonium, com os gastos das freguesias, para chegar à conclusão de que esse serviço custa mais que o serviço que as nove freguesias do Concelho prestam. Não lhe parece minimamente real e justo, como se não se tratasse de um serviço público, o serviço da cultura, dos museus, dos eventos, alguns impagáveis pelo preço do mercado, como é o caso da ópera.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que ouviu, praticamente na íntegra, a intervenção do Senhor Deputado Custódio Santos, mas no essencial, não perdeu nenhuma parte significativa. Esteve para lhe perguntar se foi ele que escreveu a intervenção, ou se apenas a veio ler, porque há uma diferença substantiva, na medida em que existe um conjunto de acusações e uma crítica devastadora. No essencial as intervenções são muito idênticas. O PS e o PCP estabelecem aqui os termos de uma coligação verbal, na medida em que ambos disseram exactamente a mesma coisa. Coligação na vontade de descontextualizar afirmações, fixação de objectivos, fixação de metas que o Concelho terá que cumprir, algumas delas já calendarizadas, outras não. Descontextualização na medida em que não se explica, ou não se pretende levar em linha de conta o que está por trás da não implementação, em determinado ano, época ou contexto, desta ou daquela medida, que foi anunciada, ou que foi identificada como importante para o processo de desenvolvimento. Sempre disse que, correndo o risco de poder ser muito criticado pela não execução disto ou daquilo, é sempre melhor saber para onde vão e ter um discurso claro e uma fixação desses objectivos de forma aberta, para que todos saibam o que estão a pensar. Ganha-se a mobilização de um conjunto de actores da sociedade civil a puxar, a investir, a atrair para o Concelho de Óbidos. Não vai dar réplica àquilo que são questões identificadas e porque é que não foram feitas, ou existem atrasos. Muitas delas estão relacionadas com a conjuntura, outras com falta de apoios, outras com estratégias de atraso no QREN. Não viu nenhuma referência ao facto da Administração Central ter prometido um conjunto de obras para o Concelho e abandonar as mesmas, sem qualquer explicação, como o quartel da GNR, a recuperação do aqueduto, etc.. Sobre a Lagoa de Óbidos é um rol de promessas. Alguém se lembra que as grandes dragagens deviam ter acontecido em dois mil e dez, conforme foi anunciado pela Senhora Ministra no início do ano? Esses podem fixar objectivos e depois não os cumprir. Ao governo perdoa-se tudo, sobretudo quando é o governo que nos apoia, que nos dá a mão, que é do nosso próprio partido, que estabelece relações de dependência profissional, etc.. Existe uma atitude nas intervenções que lhe parece que não levam em linha de conta aquilo que é perceber efectivamente, e na realidade, porque é que algumas obras ainda não foram executadas. Ainda querem mais investimento do que aquele que o Concelho de Óbidos tem feito. É preciso ter meios e recursos. Se estiverem a desperdiçar

recursos, aceita claramente que lhes digam onde estão a desperdiçar os mesmos e porque é que estão a falhar oportunidades. É também uma descontextualização um bocadinho gasta, fastidiosa, por tantas vezes repetida, não mostra nenhuma criatividade, nenhuma originalidade, a argumentação é sempre a mesma. Há uma repetição exaustiva sobre as empresas municipais, sobre o tratamento populista e demagógico de como as Juntas de Freguesia devem ser tratadas, como se estas Juntas não fossem as mais apoiadas, para aí, do país. Fica sempre bem falar das Juntas de Freguesia, como se o PS fizesse tábua rasa daquilo que era a mendicidade do Presidente da Junta nos anos que governou a Câmara Municipal de Óbidos. Esta cassete a que o PCP os habituou, e também o PS, nos habitua, é sempre a mesma e usa-se em todo o lado. Outro ponto comum é a crítica devastadora, abrangente. Não há nada que façam bem, nada de positivo. O orçamento não tem absolutamente estratégia nenhuma, é a desorientação total, é a babilónia. Gostou da parte em que o Senhor Deputado Luís Carvalho acabou por dizer com o PS, com o PS, com o PS. Pura ilusão. Há um ano atrás foram a votos e viram o que é que o PS vale, o que tinha para oferecer e qual foi o seu score. Em função disto tem que se habituar a ter a humildade de perceber o que é que é capaz de fazer e qual é a qualidade dos objectivos que está a propor aos eleitores. Apesar de andarem a enganar toda a gente e do Dr. Telmo Faria anda a enganar as pessoas há tantos anos, mesmo assim o povo continua enganado. É sempre a velha tese de que, afinal de contas, o eleitorado é que tem a culpa, porque não é esclarecido, é manietado por campanhas de marketing, por operações de cosmética. O que acontece no PS de mau, aquilo que são os seus erros, os seus fracassos, as suas irresponsabilidades, é uma produção do PSD. Não entram neste tipo de argumento que, ainda por cima, foi lido, para que não ficasse nada por dizer. Ficou mais convencido de quem escreve isso, quando vê na Câmara determinado Vereador a ler também, sempre, os papéis. Imagina que o do Senhor Deputado não tenha sido escrito pelo mesmo, apesar das parecenças. Há obras que estão no orçamento, com abertura de rubricas, porque há dificuldade em garantir a sua execução em dois mil e onze. Existe dificuldade porque não está nas mãos da Câmara Municipal. O Museu das Guerras Peninsulares, até uma determinada altura, foi um problema de financiamento do QREN. Não era o único problema, esse era um problema grande. Investiram nos projectos, gastaram muito dinheiro e já compraram imensas propriedades, mas ainda não conseguiram comprá-las todas. Não fazem obras em cima de propriedades que não são suas. Sabe que o PS desertou de algumas Assembleias de Freguesia e noutras o Ministério Público declarou a perda de mandato a cabeças de lista do PS e a destacados dirigentes locais, como aconteceu em Gaeiras, o que é lamentável. Os órgãos de Freguesia não merecem isto. Ficou a saber por parte dos Senhores Presidentes de Junta que houve uma série de Assembleias de Freguesia sem nenhuma representação por parte da oposição, para aprovar documentos tão importantes como o orçamento. É uma vergonha, aquilo que acontece no comportamento político, esta ausência de querer participar. Sabem que não têm a confiança, o apoio e a solidariedade do PS. Quanto mais tardam em executar as coisas, mais argumentos lhes dão para esta crítica permanente. Têm é que ser justos e explicar porque é que determinadas coisas não acontecem como desejavam. Há um conjunto de rubricas que não dependem da Câmara Municipal. Outras são candidaturas que não estão aprovadas, outras dependem do governo e tudo isto está no orçamento. Se o ano passado foi de quarenta milhões e este ano é de trinta e um milhões, tem muito que ver com isso. Hoje a orientação e a

credibilidade que algumas instituições e algumas pessoas lhes merecem é muito pouca. Não estabelecem hoje mais compromissos com quem os tem enganado. Não ouviu ninguém falar sobre a escola secundária Josefa de Óbidos. É obrigação da Câmara Municipal fazer. Têm os projectos da escola feita. Se tivessem cumprido o que prometeram, a obra já tinha avançado. Desde o dia dezasseis de Dezembro que a Câmara Municipal aprovou todos os projectos e o lançamento de um concurso, só que falta o Ministério cumprir com a parte que protocolou com o Município. Foi uma relação de engano, que nunca pensou que pudesse existir, entre o poder local e o poder central, com documentos e protocolos assinados. Não vieram inaugurar duas obras importantíssimas para a vida desta comunidade e para a vida da educação em Portugal, porque há pouco do que estão a fazer a acontecer no país. Ouvir dizer que os trabalhos a mais das escolas não merecem o apoio do PS e que serviriam para fazer um museu, significa tirar das escolas para construir um museu. Acha que o Senhor Deputado nem pensa naquilo que escreve. A questão dos trabalhos a mais é algo que acontece em todas as obras e que está previsto na lei. Quiseram que não faltasse nada às escolas, às famílias e aos meninos. Virem dizer agora que não deviam ter feito isso, é um caminho de irresponsabilidade. Não há nada nas escolas que esteja a mais, tudo o que lá está não é exagero. Dizer que se regozijam com a distinção da OCDE, é apenas uma estratégia de diminuir, de apoucar, de fragilizar. Com esta oposição, em Óbidos não existe nada bem feito. O que o surpreende mais é que neste orçamento não haja uma palavra para o facto de manterem um nível de serviços elevado às populações. Propuseram uma redução de vinte por cento. Se cortaram vinte e dois por cento, porque é que não haviam de aceitar a proposta do PS. Cortaram vinte e três por cento no contrato com a Óbidos Patrimonium. Reduziram nas despesas correntes em pessoal meio milhão de euros. Fazem um contrato-programa de zero com a Óbidos Requalifica, redução de cem por cento. Depois vêm dizer que o PS se vai abster. A Câmara Municipal não depende do voto do PS. Aqui, o PS não precisa de viabilizar nada, porque esta abstenção é uma abstenção de responsabilização. Depois de tudo o que o Senhor Deputado disse sobre o orçamento, não esperava outra coisa que não fosse um voto contra. Não precisam de um falso apoio. Se o PS vai para dois mil e onze para ter a postura com que o Senhor Deputado marcou a sua intervenção e a Assembleia Municipal, então é preferível votarem contra. Essa abstenção não é uma abstenção séria, porque a viabilização faz-se através de uma abstenção, faz-se através do voto favorável. Só não se faz através do voto contra. Se não querem ser responsáveis pelo orçamento, então devem votar contra. Se conseguirem fazer tudo, ou mais, farão. Se não conseguirem, explicarão porquê. Devem perguntar primeiro, antes de tirarem conclusões. Já falaram duas vezes no criatório das ostras. Não sabem que a Câmara Municipal está dependente de uma decisão errada tomada pelo Ministério do Ambiente na aprovação de um local para a colocação dos dragados. Achem que a CCDR licencia um criatório de ostras, quando o Ministério do Ambiente acabou de dar indicação que esse local é para colocar dragados. Onde a Câmara Municipal falhou, falhou. Onde a Câmara Municipal não tem responsabilidades, porque são criadas por terceiros, têm que ser justos. Achem que o orçamento não prioriza o aproveitamento todo do QREN? Achem que este orçamento não mantém um nível de prestação de serviços às populações, na educação, nas áreas sociais, na cultura, no desporto, etc.? Não existe a retirada de nenhum serviço para poupar dinheiro, para enfraquecer a prestação de serviço e a qualidade de vida. Não é justo

responsabilizarem uma Câmara Municipal pelo aumento do desemprego. A Câmara Municipal tem estratégia, sabe para onde quer ir, tem é muita gente a atrapalhar e a não honrar os seus compromissos. O PS tem que começar a pensar em Óbidos, começar a pensar em serem um bocadinho menos devastadores e radicais. O orçamento participativo pode estar condenado ao fracasso, porque a esfera e a força de participação por parte da sociedade civil é, infelizmente, muito fraca. É o orçamento possível, muito equilibrado, feito à medida das circunstâncias. Os documentos que enviam para a DGAL são os documentos que aprovam na Assembleia Municipal. A gerência de um ano só é analisada e apreciada no final do ano. Só vem à Assembleia Municipal em Abril. A gestão de dois mil e dez ainda não terminou. O que o PS quer é que a Câmara Municipal lhes arranje a papelada para publicarem comunicados mensais e semanais a degradar a imagem da Câmara de Óbidos. Os quadros da Câmara Municipal têm que ser estimados e bem tratados. Não vale a pena lançarem críticas sobre a estrutura, porque ela trabalha muito bem, o melhor que sabe e procura servir o melhor que sabe o Concelho de Óbidos. Tem sido uma grande equipa. Os orçamentos permitem às Juntas de Freguesia uma intervenção muito maior e a criação de um espaço de maior responsabilização. A Junta de Freguesia do Olho Marinho teve medo de vir aqui aprovar o orçamento. Um Presidente de Junta pode não poder, mas um executivo inteiro não poder, cheira a boicote político. É uma pena que os órgãos de freguesia estejam a ser instrumentalizados, a ser mal aconselhados. O Senhor Vice-Presidente que tem esta pasta tem sido incansável e tem sofrido nestes momentos de crise e de cortes na receita corrente, nas transferências do governo, para honrar os compromissos. É uma das melhores Câmaras do país em termos de gestão financeira. Depois do grande investimento, saberão equilibrar as coisas e devolver a confiança e a esperança que o Concelho de Óbidos merece. Pediu a todos os elementos da Assembleia Municipal que aprovem o orçamento com sinceridade. Aqueles que não têm sinceridade para aprovar o orçamento, por favor, não o aprovem. Não querem falsos apoios. Pediu um apoio sincero, verdadeiro e leal à Câmara Municipal e aos objectivos do Concelho, que são grandiosos.-----

---O Senhor Deputado José Capinha enalteceu o orçamento apresentado e a manutenção dos serviços, ao nível da educação, da acção social, e dos serviços básicos. Numa altura de contenção, de crise e no fim de um ciclo de grandes investimentos que este Executivo tem feito em Óbidos, manter estes serviços é de enaltecer. São serviços e apoios à população implementados por este Executivo. O que conta são as acções e em Óbidos têm-no verificado, têm escolas, têm complexos logísticos, têm eventos na área da cultura, têm investimentos no turismo, quer privados, quer públicos. Essas são as acções que ficam para a memória, que as pessoas vão sentir e que têm sido espelhadas nos orçamentos que são apresentados. Existem duas frases que retratam bem as intervenções da oposição. Considerou-as destrutivas e difamadoras. Referem-se a situações menos claras, sem concretizar. O episódio lamentável que se passou no início da Assembleia marca a acção do PS neste Concelho.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria requerer o quadro de pessoal, categorias, remunerações, devidamente quantificadas, da Óbidos Requalifica e da Óbidos Patrimonium. O anti-comunismo primário de certos Deputados não os leva a lado nenhum. A comparação que o Senhor Presidente da Câmara faz entre o Deputado do PCP e o PS advém das carências do Concelho de Óbidos e vem das dificuldades que os munícipes têm e, se calhar, vem

ao encontro das necessidades das pessoas. Disse que está na Assembleia Municipal com os votos dos três partidos. Entregou na Mesa o pedido acima referido, o qual vai ser remetido à Câmara Municipal.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara tem muita dificuldade em lidar com a falta de unanimidade e isso é uma essência da democracia. Têm o direito de analisar o orçamento e de fazer críticas. A partir de determinada altura não consegue calar-se e poderia fazer algum esforço de contenção. Entusiasma-se e depois diz coisas que não têm sentido nenhum. O que pediu foi o montante das dívidas a terceiros e os valores da execução orçamental. É o mínimo que se pode pedir a uma Câmara Municipal. É que preste contas daquilo que mensalmente faz, porque se a equipa é boa, e não tem dúvidas que são todos fantásticos, também não tem dúvida nenhuma que chegam ao final do mês e fazem um balancete e que têm a execução orçamental mensal. Porque é que não têm direito a ter? É para terem só a surpresa no final do ano, que a execução final ficou por cinquenta por cento? O que pedem é do mais elementar direito, é terem acesso aos elementos de execução orçamental da Câmara. Mantenham-nos ao corrente das coisas porque querem também partilhar as dificuldades.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que o Senhor Presidente da Câmara consegue irritar toda a gente. Acabou por dizer que precisam do apoio de todos e quem não estiver por bem escusa de estar. Desde há cinco anos que têm feito o possível para apoiar, por concordar ou por não hostilizar as medidas fundamentais da Câmara. Continuam a dar à Câmara a colaboração que entendem. Não lhes peça mais do que isso, porque estão fartos de fazer propostas e não tiveram da parte da Câmara, até agora, a colaboração que pediram e que querem ter. Precisam de melhores instalações para estarem na Assembleia Municipal. Precisam de ser tratados como deve ser. Recusaram-lhes os projectos de alteração do regulamento das feiras, a proposta de anulação da taxa voluntária dos estabelecimentos turísticos, dar seguimento à proposta que fizeram para que o hospital novo tivesse o seguimento no Concelho, a proposta de remodelação das canalizações, a proposta de alteração do organigrama da Câmara, a proposta de alteração do código de posturas, a proposta do regulamento das medalhas da Câmara, a proposta de alteração das bombas de gasolina. Enquanto não houver do lado da Câmara boa vontade em tratar as coisas, não pode pedir-lhes especial colaboração, como sempre. Não tem que haver especial nem excepcional enquanto não houver um tratamento correcto e continuarem com o estilo dos insultos. Enquanto forem tratados assim, é difícil darem uma colaboração extra. Dão aquela que a sua consciência manda.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho agradeceu as palavras do Senhor Deputado José Botelho, que fez uma análise objectiva, relativamente às questões que abordou. Da mesma forma, gosta de ter autoridade para criticar o Senhor Deputado quando ele exagera. Saudou-o pela análise que fez às suas palavras. Uma das palavras mais fortes que o Senhor Deputado utilizou na sua segunda intervenção, foi a palavra falácia. Pior do que uma falácia é a inscrição de cem euros na rubrica destinada ao Museu das Gaeiras. O Senhor Presidente da Câmara sabe que ao longo do ano pode fazer alterações orçamentais, quando estiverem garantidos os financiamentos, e portanto não tem necessidade nenhuma de estar a inscrever verbas irrisórias em projectos, que são de facto, projectos de vários milhares de euros. Compreende a análise do Senhor Deputado relativamente à comparação entre as freguesias e a Óbidos Patrimonium. São entidades

diferentes. O que quis dizer nas suas palavras, e aquela que é a posição do PS, é que estão a falar de uma opção política. É legítimo demonstrar que no quadro das opções políticas não concordam com algumas, que envolvem a Óbidos Patrimonium e que envolvem as freguesias. Esta comparação, do ponto de vista político, é perfeitamente legítima. Vai demorar menos tempo a analisar as palavras do Senhor Presidente da Câmara, como contributo para um andamento mais célere desta Assembleia Municipal, que foi muito consumida por uma situação que o PSD querera explorar, e várias pessoas já o demonstraram, até à náusea, esse episódio estritamente partidário que envolve o PS e a Vereadora Goreti. Do longo discurso do Senhor Presidente da Câmara destacou dois aspectos. É que quando lhe pareceu que desconfiou sobre a autoria do texto que foi lido pelo Senhor Deputado Custódio Santos, lembrou-se de discursos que foram feitos por Deputados do PSD e onde também ficou com a dúvida se teriam sido eles que escreveram esses comunicados. Como não critica a posição do Senhor Deputado Custódio Sousa, não critica a posição desses então Deputados do PSD, no caso de não terem sido eles a escrever esses discursos. Os Deputados que aqui estão, salvo quando dizem que estão a falar a título individual, estão a representar um partido político, pelo que é perfeitamente legítimo que os textos que foram consensualizados do ponto de vista partidário sejam lidos apenas por uma pessoa. O partido em que o Senhor Deputado Custódio Santos milita é bastante rigoroso naquilo que vem dizer. Como sabem, não são muitas vezes contempladas opiniões pessoais relativamente àquilo que é a posição do PCP. Respeita a análise que o Senhor Presidente da Câmara fez em relação às suas palavras. Reconhece legitimidade política para fazer essa análise. O Senhor Presidente da Câmara tem por hábito dizer que o PS tem uma cassete. Com a experiência que tem de o ouvir, em matéria de orçamentos municipais, em reacção àquelas que são as propostas do PS, a cassete do Senhor Presidente da Câmara também é sempre a mesma. Aliás, o próprio orçamento do PSD, e foi isso que tentou demonstrar, é muitas vezes uma cassete. Pior que a Câmara Municipal, só vêem a Óbidos Requalifica, que continua a inscrever, ano após ano, aqueles que são os seus objectivos e os seus trabalhos. Espera que no próximo ano não tenha motivo para trazer, novamente, a cassete das promessas não cumpridas.-----
---O Senhor Deputado Sérgio Félix disse que as Juntas de Freguesia vão receber menos por parte do governo, porque por parte do Município de Óbidos vão receber o mesmo. Existe uma rubrica, Administração Central – Continente – Freguesias, que tem setenta e três mil novecentos e vinte euros. Existe outra, Administração Local – Freguesias, que tem quinhentos e sessenta e um mil quinhentos e quatro euros. Vão receber a mesma coisa que recebiam no ano anterior. A Associação de Freguesias é que vai receber menos. Tem pena que o PS de Óbidos não governe o país, porque por parte do governo cada vez são menos apoiados. A nível geral têm à volta de oito e meio por cento a menos do que no ano passado. É muito dinheiro. Atreve-se a dizer que recebe menos hoje do que há dez anos atrás, por parte do governo. Ao nível de freguesias do Distrito de Leiria só Óbidos e outro concelho vão manter a mesma receita. Tem que louvar o esforço da Câmara Municipal de Óbidos por manter as mesmas verbas. Quando o PS governava, tinham que ir mendigar, tinham que ver quem chegava primeiro ao armazém, para pedir alguma coisa para a Junta. O dinheiro que se gastou em estudos, em consultadorias e em projectos, chegava para desassorear a Lagoa de Óbidos, mais do que uma vez. O criatório das ostras não está dependente da Câmara Municipal. O governo quer pôr os dragados na parte onde eram as

antigas salinas, o que é de lamentar. Tem pena que o PS de Óbidos não ajude a Câmara Municipal a resolver este problema. A Ministra veio inaugurar a requalificação das margens da Lagoa, na qual foi feita uma eco-pista, não tendo sido concluída a parte de Santa Maria. O governo não quer que se faça nada na Lagoa.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não foi por acaso que começou a fazer a sua intervenção falando no PS e no PCP. A seguir mostrou um Deputado do PS a fazer a defesa política do PCP e a Senhora Deputado Maria Cristina Rodrigues a acusar o Presidente da Câmara de que não reage bem quando não tem unanimidade. O PS é que expulsa as pessoas que não são unânimes e ele é que é unanimista. Prefere posições claras, como as do Senhor Deputado Custódio Santos, do que estas aguazinhas à PS. Nisto o PCP faz a mesma crítica e no fim é consequente, vota contra. O Senhor Deputado Custódio Santos representa um eleitorado, muita gente no Concelho e tem muito gosto em vê-lo na Assembleia Municipal. Faz falta uma voz deste género, com clareza e simplicidade. A Câmara já sabe que o PCP não gosta de nada, está tudo mal e vota contra. Com o PS é uma coisa diferente, é uma confusão. Vivem uma determinada esquizofrenia política, motivada pelo stress urbano. Se andassem pelo Concelho eram mais claros. Sobre as canalizações disse que precisam de saber como é que a Câmara Municipal consegue arranjar recursos financeiros para mudar toda a rede de águas do centro histórico de Óbidos. Praticamente, desde o principio, que anda à procura desse dinheiro e ainda não conseguiu uns famigerados cinco milhões de euros para pagar a um canalizador. Agora, parece que conseguiu convencer uma pessoa no governo, que tem como amigo Óbidos, e que já manifestou que quer ajudar a resolver este problema. Já conseguiu construir uma rede de pessoas para ajudar a resolver este problema. A reformulação de um centro histórico é um processo muito complexo e é um projecto muito caro. Não têm existido gavetas financeiras para candidatar projectos desta natureza. Se o PS quisesse entender isso punha-se do lado da Câmara, em vez de estarem a falar das canalizações. Não foi este Executivo que andou a distribuir canalizações, telhas e placas de amianto pelo Concelho inteiro. Não se lembra, em nove anos, de receber nenhum telefonema por parte do Senhor Deputado João Lourenço, com alguma proposta, alguma dica, para que o Presidente da Câmara fosse melhor Presidente. Sempre que alguém quiser fazer uma proposta ao Presidente da Câmara que o faça e está à vontade para isso.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades Municipais para dois mil e onze e o Mapa de Pessoal postos à votação, tendo sido aprovados por maioria, com vinte e um votos a favor, seis abstenções e um voto contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO REGULAMENTO E ESTRUTURA NUCLEAR DOS SERVIÇOS E A ESTRUTURA FLEXÍVEL DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil e onze, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Regulamento e Estrutura Nuclear dos Serviços e a Estrutura Flexível do Município de Óbidos.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria saber se foram ouvidos os representantes dos trabalhadores e que não contempla a integração das funções e competências

das empresas municipais, que deviam ser extintas.-----

---O Senhor Presidente da Câmara disse que não.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Regulamento e Estrutura Nuclear dos Serviços e a Estrutura Flexível do Município de Óbidos posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA (CMS): - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil e dez, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Alteração do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança (CMS).-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que em catorze de Novembro de dois mil e oito, indicaram na Assembleia Municipal cinco membros para fazerem parte do Conselho Municipal de Segurança. Perguntou se isso se mantém, porque uma das pessoas indicadas já não faz parte da Assembleia Municipal. Naturalmente terão de fazer uma nova eleição. Acha um exagero o número de pessoas que fazem parte do regulamento. Acha que as associações económicas e sindicais podiam ser reduzidas para um membro para cada uma. Quanto mais depressa derem apoio a isto, melhor.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o Conselho Municipal de Segurança eleito em dois mil e oito caiu nas últimas eleições. As questões da segurança são muito importantes. O problema não está no número do Conselho. O envolvimento de várias entidades no Conselho enriquece-o. Gostavam de desenvolver um projecto para o centro histórico, que era ter um circuito de segurança com câmaras, sobre o qual este Conselho Municipal de Segurança teria que se pronunciar. O projecto tem que ser bem feito tecnicamente e terá que ser aprovado pela Comissão de Protecção de Dados. Só é aprovado se cumprir rigorosamente todas as especificidades que são exigidas à luz da lei. Tem havido uma série de projectos e de iniciativas a serem testados e desenvolvidos no Concelho. Era muito importante ter um Conselho Municipal activo.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança (CMS) posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – ORÇAMENTO DA ÓBIDOS REQUALIFICA, E.E.M., PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil e nove, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Orçamento da Óbidos Requalifica, E.E.M., para o ano de dois mil e onze.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que a Óbidos Requalifica no ano de dois mil e onze tem uma redução total da contrapartida financeira que o Município tem vindo a assegurar à empresa no âmbito do contrato-programa. Registam isso de uma forma positiva. Quem esteja atento aos dados fornecidos pela Óbidos Requalifica repara que este valor, que em dois mil e dez foi de cerca de duzentos mil euros é substituído, em termos de previsão, por uns generosos

quinhentos e sessenta mil euros, que vem explicado, como sendo provenientes da receita prevista da alienação de seis lotes no âmbito do parque tecnológico de Óbidos. Gostava de saber como é que a Óbidos Requalifica, ou a Câmara Municipal, enquanto detentora do seu capital social, explica estas contas. Pelas suas contas, para gerarem este nível de receita, os seis lotes deveriam de corresponder a cerca de dezasseis mil metros quadrados de lote. Significa que a dimensão média dos lotes a alienar andaria à volta de dois mil seiscentos e sessenta e seis, vírgula, seis metros quadrados. Gostaria de saber se as suas contas fazem algum sentido. Acha que os lotes que estão previstos para venda não têm esta dimensão. Perguntou como é que seis lotes geram uma receita de quinhentos e sessenta mil euros, no caso de o metro quadrado ser vendido a cerca de trinta e cinco euros. Registam a declaração de intenções de ambas as empresas, mas em particular, neste caso concreto, a Óbidos Requalifica, de que o Conselho de Administração actuará a título gracioso. No caso em apreço outra coisa não seria de esperar. Gostaria de saber se estão a falar da totalidade dos membros do Conselho de Administração, tanto mais que os honorários aumentam de dois mil e dez para dois mil e onze. Podem estar a falar de pessoal, mas convinha esclarecer. Gostava também de saber se irá existir algum contrato-programa, ou é gralha a existência do mesmo. Espanta-os que a empresa aumente, em mais de vinte por cento, o valor das suas contas de dois mil e dez para dois mil e onze.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que as intenções de apresentação de candidaturas que foram reunidas até à data da aprovação indiciam áreas, nomeadamente em três lotes, bastante significativas. A precisão foi feita, tem em conta a concretização dessas candidaturas e a realização das escrituras. Havendo candidaturas abertas é mais fácil vender lotes. Querem que as candidaturas passem a ser geridas ao abrigo de uma nova redacção do regulamento que favorece muito mais os interesses da empresa do que a redacção que hoje está em vigor. Isto exige a aquisição de lotes que tenham uma dimensão significativa. Existem ainda valores de transferência do contrato-programa de dois mil e dez que não vão entrar até trinta e um de Dezembro na Óbidos Requalifica. Haverá, portanto, algum valor do que resta de dois mil e dez que só vai entrar em dois mil e onze. O Conselho de Administração não tem nenhuma remuneração. A única que existe é do Administrador. A Óbidos Requalifica tem uma candidatura, da qual recebeu fundos comunitários para as infra-estruturas do parque tecnológico. Teve que concorrer a um regulamento que não foi o mesmo regulamento a que a Obitec concorreu. A Obitec concorreu ao regulamento do QREN das infra-estruturas científicas e tecnológicas, e a Óbidos Requalifica foi posta no regulamento das áreas de localização empresarial. Só criaram a Obitec quando a CCDR veio dizer que a Óbidos Requalifica não era uma entidade elegível para aceder aos fundos das infra-estruturas científicas e tecnológicas. As pessoas que estavam na empresa passam para a Obitec com a vantagem de o custo daquela estrutura ser um custo financiado em oitenta por cento. Equipararam associações onde a Câmara tem um peso muito grande para efeitos de elegibilidade. Uma associação onde a Câmara está com uma presença muito forte, como é o caso da Obitec, tem benefício de atingir a participação de oitenta por cento. Significa que no âmbito do vasto programa liderado pela Universidade de Coimbra, chamado Inovc, passa a poder incluir as remunerações da pequena equipa que está a gerir o Convento de S. Miguel. Com esta alteração na elegibilidade dos fundos que levou à necessidade de criar a Obitec a par da necessidade da legislação e de limitações

sobre uma empresa municipal como a Óbidos Requalifica, a estratégia foi repensada, e agora o processo de extinção da empresa será feito assim que do ponto de vista técnico ou jurídico seja possível. A Administração servirá apenas para acompanhar o processo de venda de lotes, sendo que a Obitec fará o trabalho de promoção, de apoio às empresas, etc., mantendo-se a Óbidos Requalifica como a titular de um património bastante significativo, porque ela é detentora dos terrenos do parque tecnológico e dos armazéns de vinho sites em A da Gorda. Tem um património bastante interessante.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO SETE – ORÇAMENTO DA ÓBIDOS PATRIMONIUM, E.E.M., PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil e sete, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, o Orçamento da Óbidos Patrimonium, E.E.M., para o ano de dois mil e onze.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que os desafios que se colocam a esta empresa municipal no ano de dois mil e onze já são suficientemente complicados para que o PS ainda esteja a criar mais alguns engulhes a toda esta equipa que está à frente da Óbidos Patrimonium. Estão a assistir e farão a avaliação política no final de dois mil e onze, se a administração da empresa, perante uma situação que é claramente de grande dificuldade, conseguir cumprir satisfatoriamente os seus objectivos ou se não os conseguir cumprir. Desejam que a Óbidos Patrimonium consiga prosseguir com sucesso e consiga ultrapassar um ano que, de todo, se apresenta como um ano fácil na gestão da empresa municipal. Saudou o envio de um CD com as contas da empresa.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Óbidos Patrimonium está a cumprir a sua função, a sua missão, para a qual foi criada. Está a fazê-lo bem. Só o PS é que está contra a empresa. Existe uma economia de turismo. Se há alguém que está a animar essa economia é a Óbidos Patrimonium. É um projecto que põe Óbidos a falar com o país. Valeu a pena criar uma empresa como esta. Tem sabido estar ao nível da sua missão e este orçamento reflecte isso.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos deu os parabéns pelos bons trabalhos que a Óbidos Patrimonium está a proporcionar aos moradores, criando cada vez mais dificuldades. Foi formalizar hoje uma queixa porque foi isolado o acesso à sua casa, durante algumas horas, no dia vinte e seis, não sendo a primeira vez que tal acontece. Há três anos, durante umas filmagens, o acesso à sua casa também foi encerrado.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO OITO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONCURSO DE ALIENAÇÃO DE LOTES DA PRIMEIRA FASE DO PARQUE TECNOLÓGICO DE ÓBIDOS, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil e trinta e dois, de dezassete de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Proposta de Alteração do Regulamento de Concurso de Alienação de Lotes da Primeira Fase do Parque Tecnológico de Óbidos.-----

---A Senhora Deputada Anabela Corado disse que no regulamento só é prevista a redução do preço dos lotes, mas em caso algum é previsto a possibilidade de aumento do custo dos lotes. O lote é fixado a trinta e cinco euros e depois são previstas várias situações em que se pode reduzir

o preço dos lotes. No artigo décimo sétimo permite-se uma reavaliação e uma redução do preço de venda, mas não diz quais são os critérios aplicáveis. Deixa aqui azo a que haja um grande poder de arbitrariedade, não com o intuito de prejudicar, mas com um grande poder de arbitrariedade da comissão que aprecia as candidaturas. No número dois do artigo décimo quinto pensam que seria mais correcto com a concessão de alvará de utilização. A Ordem dos Notários só permite a instalação de cartórios quando já existe o alvará de utilização sobre o edifício onde ele se pretende instalar. No artigo oitavo, seria de atribuir uma percentagem maior, não à quantidade de área que se vai adquirir, mas ao número de postos de trabalho que essa empresa irá criar. Em lado algum é prevista a possibilidade de aumentar os preços dos lotes, só é prevista a possibilidade de redução e em condições que não são indicadas, nem concretizadas.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que esperam que esta cerca de uma dezena de alterações ao teor do regulamento possa permitir encaminhar o parque tecnológico para a alienação dos lotes que há muito tempo são prometidos. Não é tão optimista que estas alterações do regulamento venham favorecer o Município e o Concelho, relativamente à filosofia que está subjacente ao parque tecnológico. Há aqui uma facilitação e uma cedência, relativamente a critérios muito apertados que existiam. A filosofia era que se deviam instalar no parque tecnológico empresas na área das indústrias criativas. Há uma componente de financiamento do parque tecnológico que tem que ser ressarcida para o Município e a alienação dos lotes é uma parte importante. O mais importante não fica feito com as escrituras, com a celebração dos contratos e com os novos proprietários tomarem posse dos terrenos dos lotes. É necessário iniciarem, com rapidez, os investimentos que estão pressupostos colocar no terreno aquando da aquisição de lotes. Infere de algumas alterações a alguns artigos, uma certa facilitação relativamente às exigências e aos prazos do início das obras de concretização desses projectos. Deseja que esta alteração seja mais uma ajuda para que o parque tecnológico de Óbidos possa assumir, com aquilo que foi sempre pensado e foi a estratégia da Câmara, que estará de parabéns quando se concretizar, ser um grande parque tecnológico de agregação de indústrias criativas. Era um investimento importante, mas tarda em concretizar-se de acordo com aquilo que foi desejado pelo Município.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que a redacção do número sete do artigo dezassete não lhe parece nada rigorosa e pode vir a criar conflitos. Nos tempos que correm, com os problemas que se vêem, isto é muito perigoso. O texto, tal como está, pode-se prestar a muitos conflitos e a situações menos claras e menos concretas.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que quer os orçamentos das empresas municipais quer o regulamento de avaliação dos lotes do parque tecnológico merecem ponderação, calma na discussão e alguma atenção que não é possível ter às duas horas da manhã. As apreciações feitas pelos Deputados do PS, e que tentam enriquecer o documento, a esta hora caem em cesto roto. As Assembleias Municipais estão marcadas para antes das nove horas da noite, o que não é normal. Obriga-os a estar até às duas horas da manhã, quando há pontos que são extremamente importantes, há contributos que podem enriquecer esses documentos e acabam por deixar cair isso por causa do tempo, porque estão todos muito cansados. Tem que ser ponderado se não se chega à uma da manhã e transita automaticamente para o outro dia. Isto é uma violência para os membros da Assembleia Municipal. Não pode ser assim e o trabalho não é produtivo.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que subscreve as palavras do Senhor Deputado José Botelho. Não só neste mandato, como no anterior, chamou a atenção para esta situação. Os que pertenceram à antiga Assembleia Municipal devem se recordar que chegaram a sair às quatro da manhã. A marcação das sessões para esta hora tem a ver, exclusivamente, com o facto de ninguém ter proposto mudar-se a tradição da Assembleia Municipal de Óbidos. Existem Assembleias Municipais, noutros pontos do país, que reúnem durante o dia e nunca à noite. Há muita gente que não abdica do jantar. Como membro da Assembleia Municipal e não como Presidente da Mesa da Assembleia Municipal subscreve as preocupações do Senhor Deputado, porque, visto da Mesa, vê a atenção que muitos estão a dedicar, acerca de cinquenta minutos a esta parte, às matérias. Não lhe compete, nem a mais dois ou três membros da Assembleia Municipal, sozinhos, resolver esta matéria. Mas que é uma matéria que não é agradável, não é.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Deputado José Botelho reconhece os seus erros. Passa muito tempo a falar em coisas que não têm a ver com a Assembleia Municipal. Discorda com a composição da comissão de avaliação e com o artigo dezanove, número um, do regulamento.-----

---O Senhor Deputado Luís Carvalho disse que o que se quer no final dos trabalhos é que sejam produtivos e que sejam um benefício para a Câmara e para o Concelho de Óbidos. Tinha questões escritas relacionadas com o regulamento. Se querem dar contributos relativamente aos últimos pontos da ordem de trabalhos, começa cada vez a ser mais difícil. Quando é iniciada uma intervenção, ela dever ser relativamente livre da parte de quem profere a mesma. Se tivessem o trabalho de ver quem é que consumiu mais tempo a debater e a falar sobre determinados pontos, pensa que, relativamente à reunião de hoje, não ficariam rigorosamente dúvidas sobre quem é que consumiu esse tempo. É uma objectividade que os intervenientes que mais consumiram o tempo de debate foram aqueles que foram e não os demais que estão na Assembleia Municipal. Da parte dos Deputados Municipais, em concreto, há alguma contenção na forma como têm utilizado os tempos. Todos podiam aprender com a intervenção do Senhor Deputado José Botelho, e serem, na medida do possível, um pouco mais objectivos na reacção, ou no falar de determinados assuntos que são suscitados.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que se a Mesa for rigorosa na interpretação das regras que os regem, muitos dos Senhores Deputados falavam menos de noventa por cento do tempo que usam da palavra. Já no mandato anterior aquando das primeiras sessões, enquanto Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, tentou introduzir uma condução dos trabalhos mais rigorosa, alguns dos Senhores Deputados revoltaram-se e disseram que ele estava a vir para aqui a querer mudar um conjunto de práticas consuetudinárias ou costumeiras de interpretação restritiva das normas. As pessoas podiam falar à vontade, porque a tradição era, independentemente de serem eleitos por partidos diferentes, que não havia o rigor de contagem do tempo. Não passou bons bocados nas primeiras sessões e acabou por fazer uma declaração, que ficou registada em acta, de que não se responsabilizava pelo não cumprimento de algumas regras estabelecidas no regimento. Quem tem que se queixar são os Senhores Deputados, se afinal é bom, ou não, haver rigor. Nesse domínio, hoje tiveram o exemplo de que durante muito tempo, podia ter interrompido. No período da Ordem do Dia, os Deputados não

podem falar tantas vezes como falam em cada ponto. Houve Deputados que em cada ponto falaram três, quatro, alguns até cinco vezes. Se fizerem declarações a dizer que chegou o momento de se interpretar devidamente o regimento, podem começar as reuniões às dez horas e acabar à uma hora, porque existem dois momentos diferentes, o momento do período antes da Ordem do Dia e o período da Ordem do Dia, em que os tempos são diferentes.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que se fossem para o cumprimento de regras rigorosas, havia partidos que quase não falavam, porque os tempos também são distribuídos em função dos partidos. Existe a liberalidade de enquanto o assunto não for esgotado, todos podem participar de uma forma muito livre. Não é bom é acabar às duas e meia da manhã, porque não transita para o outro dia, ou porque a Câmara propõe à Assembleia Municipal pontos a mais para cada reunião. A Assembleia Municipal já não reúne há uns meses. Se calhar é preciso rever isso tudo, pode haver um excesso de carga, nos postos que são agendados.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu dois exemplos, se fossem levar à risca o regimento. Artigo doze – Requisitos das Reunião – A Assembleia funcionará à hora designada desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das vinte e quatro horas, salvo deliberação expressa do plenário; Artigo décimo terceiro – Continuidade das Reuniões – As reuniões só podem ser interrompidas por decisão do Presidente e para os seguintes efeitos: Intervalos, restabelecimento da ordem na sala ou falta de quórum, procedendo-se a nova contagem quando o Presidente assim o determinar. Ou seja, o Presidente e a Mesa não podem, por si só, proceder à interrupção das reuniões.-----

---A Senhora Deputada Sílvia Saramago disse que já se falou algumas vezes na interrupção dos trabalhos e continuação numa outra sessão. Isso tem custos. Parece-lhe que nesta fase não lhes interessa essa questão dos custos. O que aconteceu hoje, de alguma maneira, se pode intitular de excepcional, tendo em conta que tiveram um período inicial um pouco mais extenso do que o habitual. A questão da extensão da Ordem de Trabalhos para outra sessão, do seu ponto de vista, é, completamente, uma opção que não precisam.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que contabilizou mais de vinte questões que lhe foram dirigidas. O período da Ordem do Dia começou às vinte e três horas e vinte e nove minutos. Gastaram duas horas no período antes da ordem do dia. Apreciam os assuntos que são estritamente para conhecimento, como se tivessem que produzir uma deliberação. Estão a fazer tábua rasa daquilo que é competência da Câmara de Óbidos. Acham que têm que ver tudo, têm que opinar tudo, têm que ver os artigos todos, têm que escarpelizar tudo. Isto não tem a ver com a fiscalização nem com a liberdade do órgão. Tem a ver com o respeito das competências dos órgãos. Estão a dar conhecimento à Assembleia Municipal daquilo que a Câmara deliberou. Se reflectirem isso tudo, isto dura duas horas. Desejou um bom ano a todos e que ajudem a Câmara a ser ainda melhor.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal propôs a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, a saber: Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal dois mil e onze, para conhecimento. Posta à votação a inclusão do novo ponto na ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO DEZ – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE MÉRITO MUNICIPAL DOIS MIL E ONZE, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número doze mil duzentos e setenta e cinco, de vinte e oito de Dezembro do corrente ano, remetendo para conhecimento, a Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal dois mil e onze.-----

---Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO ONZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA: - O Município Carlos Santos Silva disse que teve o azar de em sua casa ter tido uma fuga de água. Como é uma segunda residência, essa fuga atingiu dois meses e teve que pagar, e já pagou, mil e quatrocentos euros de consumo de água. Escreveu para a Câmara, alertando que era a primeira pessoa que compreendia que deveria haver escalões no consumo e pagamento de água. Em casos de acidente, achava que era punitivo e era um castigo de algo que não tinha qualquer tipo de responsabilidade. Achava que deveria de haver um meio para quando, comprovadamente, fosse por acidente, os Municípios não pagarem com o escalão máximo de cinco, mas a um valor que fosse justo. O que lhe foi respondido é que havia deliberações camarárias e em casos destes se teria que aplicar esta regra. Vem à Assembleia Municipal não para tentar safar o muito dinheiro que teve que pagar, mas para que outros Municípios não tenham que ter a mesma atitude, que pensa que é um pouco de castigo, em situações como a presente. Solicitou que este assunto seja repensado e que possa ser discutido mais tarde, a fim de verificarem que é uma injustiça estarem a aplicar escalões que são punitivos, em situações em que as pessoas não têm a culpa. Também compreendem que haja roturas camarárias e que são normais. Não iriam punir a Vereação por isso acontecer. Pensa é que estão a ser punidos ao aplicarem taxas máximas quando as situações são como esta, em que não têm culpa nenhuma. As pessoas que enchem piscinas, abrem torneiras, devem ser castigadas, porque a água é um bem extremamente escasso. As outras, por acidente, deveriam de merecer alguma atenção e ser imposta uma justiça.-----

---O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que é sempre doloroso quando isto acontece, mas são obrigados a cumprir um regulamento. Esse regulamento decorre também de directrizes e legislação que parte do princípio que este bem tem que ser pago através da forma de consumo. Apura-se isso em função de escalões. Para poderem fazer uma alteração do regulamento que abrisse uma excepção para a forma de aplicar os escalões em caso de acidente, teriam de ter a capacidade e meios de prova de que efectivamente isso se verificou e que a própria legislação lhes permitisse fazer uma coisa dessas. Não têm nenhum prazer, nem gozo, em estar a receber quantias dessa natureza, da parte dos Municípios. O problema é que a água, efectivamente, foi consumida. A Câmara compra a água e se o Senhor a consumiu, voluntária ou involuntariamente, a Câmara tem que a pagar, porque ela saiu do sistema. Não pode dizer à Águas do Oeste que um Município fez isto involuntariamente, e que abatam nas facturas que a Câmara tem que pagar. É sensível a essa questão, pelo que a mesma vai ser analisada. Têm uma

forma, no regulamento, que permite que as pessoas peçam, diferido no tempo, o pagamento, para não custar tanto. A forma de encurtar o preço final é também uma questão jurídica que tem que ser analisada. É preciso ter a certeza e a capacidade de averiguar se de facto é um acidente, ou não, se é voluntário, ou não, se as entidades reguladoras permitem fazer isto e como fica no plano da relação com o fornecedor de água em alta. Não basta criar uma medida, um texto, que vai à Câmara e à Assembleia Municipal, e depois acreditar no principio da boa fé dos cidadãos, que em vez de encherem a piscina tiveram uma fuga.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas três horas, do dia vinte e nove de Dezembro do corrente ano. E eu, José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----